



UNIVERSIDADE DO MINDELO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Cidadania e Desenvolvimento em Cabo Verde

Eduina do Rosário Neves

Mindelo, 2018



Universidade Do Mindelo
Departamento De Ciências Humanas, Jurídicas E Sociais

Curso De Licenciatura Em Ciência Política E Relações Internacionais

Cidadania e Desenvolvimento em Cabo Verde

Autor: Eduina do Rosário Neves

Orientador: Mestre Carlos Rodrigues

Mindelo, 2018

Autor: Eduina do Rosário Neves

Título: Cidadania e desenvolvimento em Cabo Verde

Declaração de Originalidade

Declaro que esta monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

O Candidato,

Eduina do Rosário Neves

Mindelo, 13 dezembro de 2018

"Trabalho apresentado à
Universidade do Mindelo
como parte dos requisitos para
a obtenção do grau de
licenciatura em Ciência
Política e Relações
Internacionais

RESUMO

A cidadania é um conceito versátil que tem vindo a ganhar novos contornos, acompanhando as dinâmicas sociais ao longo do tempo e interferindo de maneira positiva no desenvolvimento de muitos países.

O presente trabalho pretende analisar o contributo da cidadania no desenvolvimento de Cabo Verde.

Da pesquisa efetuada, tivemos a percepção de que a cidadania ativa em Cabo Verde ainda não é uma realidade observada. A população participa muito pouco no processo de desenvolvimento do país, não se sente uma sociedade dinâmica, pujante.

Embora ainda persista alguns fatores que possam condicionar um maior envolvimento cívico dos cidadãos, como a pobreza, as desigualdades sociais, existência de muitas famílias monoparentais chefiadas por mulheres, entre outras, que constituem freios da dinâmica social. Contudo, tem-se registado alguns progressos no despertar da consciência coletiva para um maior dinamismo social criando, desta feita, condições para uma real cidadania ativa.

A cidadania pressupõe direitos e deveres. Não se pode falar numa sociedade se caso não se observar o exercício dos direitos dos cidadãos e os deveres para com o Estado. Tão-pouco se pode referir a esta sociedade como estando engajada na resolução dos problemas comuns visando o bem-estar coletivo.

Participar no desenvolvimento de um país é dever de todos, homens e mulheres.

Palavras-chave: cidadania ativa, desenvolvimento, participação política e governança.

ABSTRACTS

Citizenship is a versatile concept which has gained new contour, bringing together the social dynamics over the time and positively influencing development process in many societies.

The present work, aims to deeply analyze the concept of citizenship and its contribution to the sustainable development of Cape Verde.

With our onsite research results we could feel and understand that active citizenship is yet to be an observed reality. Our people take very little action in our country process of development and is not a proactive and robust society.

Although still persists to some factors that may affect a greater civic engagement of citizens, such as poverty, social inequality, the existence of many single parent families headed by women, and many other constituting brakes of social dynamics, but there has been some progress in the wake of collective consciousness to a more dynamic society creating conditions for a real active citizenship.

The citizenship implies rights and duties. A healthy society does not exist without the exercise of citizens' rights and duties to the state, nor can this society be know as being engaged in the resolution of common problems to the collective welfare.

To participate in the development of a country, it is the duty of all men and women.

Keywords: active citizenship, development, political participation and governance.

DEDICATÓRIAS

Dedico este trabalho a minha querida mãe Maria Piedade Neves, ao meu pai Lino António Neves que apesar das grandes dificuldades impostas pelo caminhar da vida, deram-me sempre força e motivação para lutar e vencer as barreiras encontradas no caminho.

AGRADECIMENTO

Agradeço a minha família e em especial ao meu irmão Mário, que mesmo estando longe me apoiou e auxiliou nos momentos de dúvida.

Ao meu orientador Carlos Rodrigues pela paciência e o tempo dedicado, muito obrigada. Obrigado a todos aqueles com quem fui conversando sobre o trabalho e que, por isso, me foram proporcionando reflexões e reorientações.

ÍNDICE

RESUMO	v
ABSTRACTS	vi
DEDICATÓRIAS.....	vii
AGRADECIMENTO	viii
GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS	xiii
CAPITULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
1.1 Definição dos conceitos-chaves	6
1.1.1 O conceito de Cidadania	6
1.1.2 O Conceito de Desenvolvimento.....	8
1.1.3 O Conceito de Participação Política.....	10
1.1.4 O Conceito de Governança	12
1.2 Cidadania e a sua caracterização	13
1.2.1 Evolução Histórica	13
i. A cidadania classica.....	14
ii. A cidadania moderna	15
iii. A cidadania na contemporaneidade	18
1.2.2 Cidadania e Regimes Políticos	22
i. O regime democrático e a participação política.....	22
1.2.3 Género e Cidadania	27
i. A participação política vs a participação feminina.....	27
1.2.4 A participação da mulher em órgãos de poder.....	31
CAPITULO II: EVOLUÇÃO LEGISLATIVA SOBRE A PARTICIPAÇÃO CÍVICA EM CABO VERDE.....	37
2.1 As bases legais da participação cívica em Cabo Verde	37
CAPÍTULO III: OS MOVIMENTOS CÍVICO-SOCIAIS E A CIDADANIA	40
3.1 Os movimentos sociais como vetores do exercício de cidadania	40

3.2	Os movimentos cívicos existentes em Cabo Verde de 1991 á 2016.	44
3.2.1	Exemplos de alguns movimentos que marcaram a sociedade cabo-verdiana (1991-2016)	44
i.	Corda Monte Cara.....	46
ii.	Movimento a Favor do Sossego nas Residências	47
iii.	Mac 114#	48
3.3	A dinâmica social e o ciclo de vida dos movimentos sociais em Cabo Verde	50
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DO ESTUDO DE CASO		53
4.1	Metodologia	53
4.2	Análise de dados	55
CONCLUSÕES		67
BIBLIOGRAFIA		70
ANEXOS		75
1)	Entrevista dirigida a mulheres que desempenham ou desempenharam funções relevantes na sociedade cabo-verdiana.	75
2)	Inquérito aplicado na ilha de São Vicente	90
3)	Tabelas de suporte a representação gráfica dos dados do inquérito	93

Índice de tabelas

Tabela 1-Presença da mulher na Assembleia Nacional Popular de 1975/2016	31
Tabela 2-Candidaturas femininas apresentadas pelos partidos durante as primeiras eleições multipartidárias de 1991	31
Tabela 3-Candidatos eleitos para as Câmaras Municipais	31
Tabela 4-Deputados nomeados para membros do governo de 1991 a 2016	32

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Género.....	55
Gráfico 2 - Em que faixa etária se enquadra a sua idade.....	56
Gráfico 3 - Qual é o seu nível de Escolaridade	56
Gráfico 4 - Ocupação profissional.....	57
Gráfico 5 - Quais são os fatores internos que contribuíram para o desenvolvimento de Cabo Verde?	57
Gráfico 6 - Quais são os fatores externos que contribuíram para o desenvolvimento de Cabo Verde	59
Gráfico 7 - Como é que classifica o grau de participação da população no processo de desenvolvimento?	60
Gráfico 8 -Através de que meios tem sido feita essa participação?	61
Gráfico 9 - Essa participação tem ou não uma percentagem feminina?.....	62
Gráfico 10 -Como é que classifica a participação das mulheres neste processo?	63
Gráfico 11 -De que forma a participação política das mulheres tem sido estimulada pelos poderes públicos?	63
Gráfico 12 -Do seu ponto de vista a sociedade civil cabo-verdiana é ativa ou passiva? 64	
Gráfico 13 -De que forma é expressa esta atividade da sociedade civil?.....	65
Gráfico 14 -O dinamismo da sociedade civil tem ou não influência na implementação das políticas públicas?	66

GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS

CCPD- Circulo Cabo-Verdiano para a Democracia

CEDEAO- União Africana e da Comunidade Económica dos Estados de África do Oeste

ETCP -Estatuto dos Titulares de Cargo Políticos

FAC- Frente Ampla de Cabo Verde

GRIS- Grupo Revolucionário de Intervenção Socialista

ICEIG- Instituto Cabo-verdiano para a Equidade e Igualdade de Género

LOPE- Lei sobre a Organização Política do Estado de Cabo Verde

MAC- Movimento de Ação Cívica

MPD- Movimento para a Democracia

OMCV- Organização das Mulheres de Cabo Verde

PAIGC- Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PNIEG- Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género

TIC-Tecnologia de informação e Comunicação

UCID- União Cabo-verdiana Independente e Democrática

VUNC- Valor, unidade, números e comprometimento

INTRODUÇÃO

Sendo exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais elaborar um trabalho de conclusão de curso, abordando questão empírica ou teórica relacionada com temáticas específicas do campo da Ciência Política ou das Relações Internacionais, a escolha do tema foi orientado para o campo da Ciência Política, mais precisamente para o contributo do exercício da cidadania ativa no desenvolvimento, com enfoque em Cabo Verde.

O conceito de cidadania é uma ideia dinâmica que se renova, constantemente, diante das transformações sociais, dos contextos históricos e, principalmente, diante das mudanças ideológicas.

Cabo Verde, um pequeno estado insular, situado a 460 km da costa ocidental africana, tornou-se independente no ano de 1975, há, sensivelmente 43 anos, tem vindo de forma gradual a apostar no seu desenvolvimento. Esse desenvolvimento deve-se a inúmeros fatores, tanto internos como externos.

A aposta no desenvolvimento só pode ser ganha se houver uma cultura que responda, efetivamente, aos desafios que se encontra ao longo da caminhada rumo ao progresso. Este repto apresenta, quotidianamente, aos indivíduos, às empresas e às instituições públicos e privadas dilemas e tensões, que a todo o momento são confrontados com a necessidade de se decidir, nos mais variados domínios. O desenvolvimento é, também, uma questão de atitudes, comportamentos e práticas dos indivíduos no seu quotidiano. Entendemos, por isso, que a sociedade cabo-verdiana, através do exercício da cidadania, poderá descobrir os bloqueios que existam ou possam existir no seu comportamento, que põem em causa o real desenvolvimento.

Dentro deste cenário, a cidadania ativa e efetiva espelha-se como um dos instrumentos imprescindíveis para o processo de desenvolvimento.

Este trabalho, portanto, está orientado no sentido de melhor compreender de que forma a cidadania ativa contribui para o desenvolvimento em Cabo Verde.

Diante das constantes transformações que ao longo dos anos, tem passado a sociedade cabo-verdiana, torna-se imprescindível um envolvimento mais ativo do cidadão na vida social. Há muito tempo que a cidadania deixou de ser o direito de votar e ser votado e assumiu a luta pela

educação de qualidade, saúde, informação, poder de participar na vida pública, igualdade de oportunidades, entre outros.

A partir destas considerações, visa-se responder à seguinte pergunta: *De que forma a cidadania ativa tem sido um motor de desenvolvimento em Cabo Verde?*

Ser cidadão é estar inserido numa sociedade. É ter consciência de que é um sujeito de direito civis, políticos e sociais, entretanto também pressupõe-se deveres.

O homem é um ser eminentemente social, que se encontra inserido em um conjunto de redes sociais mais ampla (família, amigos, comunidade, etc) na qual adquire a sua identidade e os meios fundamentais para a sua sobrevivência.

O cidadão tem que ser consciente das suas responsabilidades enquanto parte integrante de um grande e complexo organismo que é a sociedade, e para que alcancemos o bom funcionamento todos têm que dar a sua parcela de contribuição. Somente assim se chega ao objetivo final, que é o bem-comum, ou seja uma sociedade mais justa e equilibrada.

A relevância deste trabalho contribui diretamente para a análise da contribuição do exercício da cidadania no desenvolvimento de Cabo Verde.

O trabalho tem por objetivo geral compreender o é que a cidadania ativa e quais as contribuições para o desenvolvimento de Cabo Verde. Contudo pretende também conhecer, compreender e analisar o exercício da cidadania em Cabo Verde, bem como analisar a participação das mulheres no processo de desenvolvimento de Cabo Verde e o impacto que a sociedade civil ativa tem na implementação de políticas públicas do país.

Cidadania que segundo Corsino Tolentino é mais do que nacionalidade, é ter direitos políticos, aqueles que permitem intervir no governo do país, ao nível local ou nacional. (Tolentino 2016).

Pergunta de partida

A pergunta de partida que conduziu a investigação é:

De que forma a cidadania ativa tem sido um motor de desenvolvimento em Cabo Verde?

Justificativa e escolha do tema

A motivação que norteou a autora deste trabalho é questionar, no sentido de melhor compreender, como é que a cidadania ativa contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde.

É preciso ter em conta que, de um país considerado inviável em 1975, passou em 2008, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a ser considerado um país de desenvolvimento médio e um exemplo a ser seguido em África. Cabo Verde, hoje, trilha o seu próprio caminho, visando desenvolver-se de uma forma sustentável.

Este processo tem sido proporcionado tanto por uma maior e cada vez mais crescente dinâmica interna, sem descuidar, também da boa governação, da estabilidade política, da paz, dos agentes internacionais, das parcerias, trabalhando sem poupar esforços para que possa crescer e desenvolver-se de forma estável.

O desenvolvimento é um processo que se constrói de forma gradual. A integração de todas as estruturas que constituem a sociedade num mesmo processo de transformação leva ao abandono do estado de estagnação, de subdesenvolvimento que, segundo muitos especialistas, é condição sine-qua-non para o alcance do desenvolvimento.

Hipóteses de trabalho

Elaborou-se, também, algumas hipóteses de trabalhos, que foram testados ao longo do trabalho. Assim são:

- A sociedade civil cabo-verdiana reconhece a importância da sua participação no processo de desenvolvimento de Cabo Verde;
- O nível de desenvolvimento alcançado deve-se, sobretudo, a uma dinâmica interna traduzida numa boa governação (que estimulou a participação cívica);
- O nível de desenvolvimento atingido resulta, principalmente, de uma dinâmica externa. (em que o país tenta acompanhar tendências mundiais que estimulam a participação cívica).

Objetivos do trabalho

Objetivo geral

O nosso trabalho tem por objetivo geral compreender o que é a cidadania ativa e quais são as suas contribuições para o desenvolvimento de Cabo Verde.

Objetivos específicos

Entretanto, especificamente, queremos:

- Conhecer, compreender e analisar o exercício da cidadania em Cabo Verde;
- Analisar a participação das mulheres no processo de desenvolvimento de Cabo verde;
- Analisar e compreender o impacto que a sociedade civil ativa tem na implementação de políticas públicas do país.

Estrutura do trabalho

Este trabalho de investigação, subordinado ao tema cidadania e desenvolvimento em Cabo Verde, está estruturado em cinco partes.

No tocante à estrutura do trabalho, na primeira parte encontra-se a introdução, onde são descritas as motivações para a escolha do tema, a contextualização do tema, a estrutura do trabalho, os objetivos e as hipóteses propostas.

A segunda parte dedica-se ao enquadramento teórico, onde está destacada uma análise teórica dos conceitos de, cidadania, desenvolvimento, participação política e governança.

Destaca-se ainda, no decorrer da segunda parte do trabalho, a caracterização do conceito de cidadania. O mesmo encontra-se dividido em quatro subpartes: primeiro a evolução histórica do conceito de cidadania; segundo, a cidadania e regimes políticos, a perspectiva género e cidadania e por último a participação da mulher em órgãos de poder.

Na terceira parte encontra-se as bases legais da participação cívica em Cabo Verde, ou seja a evolução legislativa sobre a participação cívica em Cabo Verde.

A quarta parte aborda a questão dos movimentos cívico e sociais e a sua relação com o exercício da cidadania, que se subdivide em três alíneas: a primeira engloba os movimentos sociais como parte do exercício da cidadania, a segunda alínea é reservada aos movimentos cívicos existentes em Cabo Verde no período de 1991 a 2016 (nomeadamente em São Vicente) e a última alínea retrata o dinamismo e o ciclo de vida dos movimentos sociais em Cabo Verde.

A quinta parte é reserva a apresentação e análise dos dados, isto é, o estudo de caso e a metodologia utilizada na elaboração do referido projeto.

E por último encontra-se a conclusão, onde se encontram as considerações finais referentes ao contributo da Cidadania no desenvolvimento de Cabo Verde, a bibliografia consultada que deu corpo a esse trabalho, e os anexos constituídos pelas entrevistas e pelos inquéritos realizados.

CAPITULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 Definição dos conceitos-chaves

1.1.1 O conceito de Cidadania

Cidadania e desenvolvimento em Cabo Verde é o tema sobre a qual recai o nosso trabalho.

Pretendemos, como objetivo principal, analisar o conceito da cidadania tendo por base o contributo dos diversos autores que estudaram o tema em causa e, também, o contributo que o seu exercício por parte dos cabo-verdianos traz para o desenvolvimento do país.

Cidadania é um conceito que não é recente e teve a sua origem, segundo muitos estudiosos, na antiga civilização grega, (Correia, 2007).

A cidadania é um daqueles conceitos que é melhor compreendido, quando se pensa na sua ausência. Como seria a vida em sociedade sem cidadania?

Antigamente, a forma mais comum de governo era a monarquia, com todos os poderes concentrado nas mãos do rei que era soberano, detentor de todo poder sobre o povo. Esta concentração de poderes numa única pessoa era tão forte que Luiz XIV, rei da França no século XVIII afirmou que “*L’État c’est moi*” traduzido para a língua portuguesa significa o “Estado sou eu”. No contexto em que essa afirmação foi feita não se poderia esperar outra coisa, uma vez que a monarquia era tida como a forma de governo privilegiado da época, (ECV, 2016).

Monarquia que é definida, segundo Rôney Fischer, como sendo uma das formas de governo em que o poder se concentra nas mãos de uma única pessoa, independentemente da vontade da população de querê-lo ou não como monarca, sendo transmitida de forma hereditária, (Fischer, 2016).

A relação entre governantes e governados era totalmente desigual. Os governados eram considerados subditos, que é definido segundo o Dicionário Universal da Língua Portuguesa (1995) como sendo condição de dependência, ou seja, aquele que está dependente da vontade de outrém. Pode-se afirmar, que nessas sociedades não existia a liberdade de expressão, ou seja os cidadãos não podiam pronunciar ou dar opiniões que não fossem de encontro com as do Rei, e concomitantemente o exercício da cidadania.

Cidadania é a junção de direitos e deveres, conquanto numa sociedade onde só se observa os deveres do cidadão perante o Estado e não há a observância dos direitos do cidadão não se pode

falar em cidadania, como é o caso das antigas sociedades monárquicas onde prevalecia os deveres e não os direitos. Essa situação só começou a ter efeitos variadíssimos e de forma profunda, no final do século XVIII devido a dois acontecimentos históricos. A Revolução Americana, que mais tarde veio consagrar-se na independência dos Estados Unidos da América, e a Revolução Francesa.

Esses dois importantes marcos históricos transformaram por completo a forma de relacionamento dos governantes com os governados, uma vez que esses movimentos foram marcados pelo desejo das populações desses países em reivindicar o exercício da sua própria soberania. E assim mudaram por completo a história da humanidade e deixaram uma herança muito importante em forma de valores, ideais, tradições e documentos, como a declaração dos direitos do homem e do cidadão produzido pelos revolucionários franceses, (ECV, 2016).

Declaração, essa que foi produzida em 1789 pelos então revolucionários franceses, considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos governos. Logo resolveram expor em uma declaração solene os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem. Para além de essa declaração definir os direitos naturais e imprescindíveis, como a liberdade, a segurança e a resistência à opressão, ela, também, reconhece a igualdade de todos os cidadãos perante a lei e a justiça. E por fim, reforça o princípio da separação dos poderes, (legislativo, executivo e judicial) (Brazil, 2017).

Num Estado de direito todos têm direitos e deveres. Detetar e denunciar atropelos às regras, quando os diversos órgãos da estrutura social falham é uma obrigação de todos, enquanto membros integrantes de uma sociedade, politicamente organizada.

A cidadania consiste na aquisição dos direitos civis, políticos e sociais, que segundo T.H. Marchal (cit in Oliveira, 2010) é condição imprescindível para que ela possa ser plena. Desta feita, os direitos civis são aqueles que fazem referência à liberdade individual, liberdade de expressão, direito de propriedade, direito à justiça, entre outros. Os tribunais identificam-se como as instituições, intimamente associadas com os direitos civis. Os direitos políticos são inerentes ao direito de participar no exercício do poder político, como membro de um organismo investido da autoridade política ou como eleitor dos membros de tal organismo. Aqui entende-se por instituições o parlamento, o conselho de governo/ministro. No que tange aos direitos sociais, destaca-se os direitos relativos ao bem-estar económico e social, ao direito

de participar por completo na herança social e levar a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. Neste ponto, Oliveira aponta o sistema educacional e os serviços sociais como sendo as instituições que mais representam esses direitos, (Oliveira, 2010, p. 1).

Neste contexto, segundo a explanação de Oliveira (2010) a cidadania pressupõe pertencer a algum tipo de comunidade, juridicamente/politicamente organizada. “A cidadania é um *status* concedido a aqueles que são membros integrais de uma comunidade, todos aqueles que possuem *status* são iguais em direito e obrigações.”

Ser um bom cidadão e exercer a cidadania é nas palavras de Jorge Sampaio: cit in (Henriques et al, p. 4 e 5):

Responsabilidade perante nós e perante os outros, a consciência de deveres e direitos, o impulso para a solidariedade e para a participação, é o sentido de comunidade e partilha, é insatisfação perante o que é injusto ou está mal, é vontade de aperfeiçoar, é espírito de inovação, é risco, é ir em busca de informação para poder agir mais esclarecidamente¹

Para Corsino Tolentino

O conceito de cidadania não se resume, somente, ao sentimento de pertencer a uma nação, mas sim, também é ter direitos políticos que permitem intervir no governo do país, ao nível local ou nacional. Cidadão é, por definição, membro ativo, participante de uma sociedade política independente².

1.1.2 O Conceito de Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento tem sido um dos mais importantes e polémicos nas ciências sociais. Mobilizador de vontades de mudanças e de transformação das sociedades e dos indivíduos, tem servido, também para avaliar e classificar o seu nível de progresso e bem-estar. É um dos conceitos com mais possibilidades de alimentar diálogos interdisciplinares e de estabelecer pontos ou ruturas entre a teoria e a prática, (Amaro, 2004, p. 3).

¹ (Henriques, et al., 2000, pp. 4-5)

² (Tolentino, Janeiro de 2016, p. 298)

Por isso, de acordo com Amaro (2004), nem sempre na sua abordagem, foi fácil estabelecer fronteiras entre a teoria, a ideologia, a doutrina, a utopia e as práticas sociais.

Vários foram os autores que procuraram entender as causas e as perspectivas do progresso das novas sociedades saídas da revolução industrial, focando apenas na Ciência Económica. Adam Smith foi um dos primeiros economistas a inquietar-se com “ a natureza e a causa da riqueza das nações”, apresentando, na sua obra, o que se pode considerar o primeiro esboço de uma teoria do desenvolvimento, (Amaro, 2004, p. 3).

No campo económico, de acordo com Favero (2003) a definição de desenvolvimento esteve sempre atrelada ao conceito de industrialização, uma vez que, segundo Favero, esse conceito teve a sua origem no século XVIII, em plena era industrial na Europa. O desenvolvimento significa assim crescimento, progresso ou evolução do capital. Além disso, enquanto dinâmica, trata-se de um processo natural, que tem a sua origem em forças extrínsecas, cujo *habitat* é o mercado e, neste sentido o desenvolvimento é designado como sendo um problema económico que se resolve no âmbito dos mercados.

Na vigência do século XX, porém, preconizou-se a ideia de que o desenvolvimento tem no Estado a sua força organizadora e na industrialização, a sua força motriz. Entretanto com a crise de 1930³, as questões da estagnação e da rutura dos modelos económicos tornaram centro das atenções. Foi nesse contexto que a teoria Keynesiana se impôs como uma espécie de resposta para a crise. E de acordo com o mesmo, a continuidade do processo de desenvolvimento económico dependeria de uma correta política de Estado, deixando de lado a sua resolução no mercado e colocando o Estado como o seu principal agente, (Favero, 2003, p. 6).

Com a crise de 1930, o desenvolvimento deixa de ser um problema exclusivamente económico, para se expor, também, como um problema de sociedade. Foi assim que estudiosos como Talcott Parsons nos Estados Unidos, Rodolfo Stavenhagen no México, entre tantos outros, deram origem às chamadas sociologias do desenvolvimento. Naquele contexto, a sociologia de

³ O maior período de crise económica mundial, conhecida como o Crash na Bolça de Nova York ou à Quinta Feira Negra.

desenvolvimento pretendia elaborar um contraponto à economia de desenvolvimento, que chegava ao seu apogeu, (Favero, 2003, p. 9).

Em outras paragens do mundo, como por exemplo no Brasil, houve alguns autores que se destacaram, tais como Luiz de Aguiar Costa Pinto e Florestan Fernandes.

Para Costa Pinto o desenvolvimento requer planificação. O desenvolvimento é, então, concebido como:

Uma série de transformações intencionalmente introduzidas em diferentes esferas e setores daquelas sociedades que se atrasaram em relação ao ritmo de avanço da “revolução industrial” dos tempos modernos, a fim de atender as crescentes e legítimas aspirações de suas populações e assim superar, em curto prazo, os índices de atraso que caracterizam a sua posição na sociedade internacional⁴

Para F.Perroux cit in (Bremond & Geledan, 1988), (...) “o desenvolvimento é a combinação das mudanças mentais e sociais que tornam uma população apta a ... crescer ... duradouramente”.

Para uma população desenvolver-se duradouramente todos os sectores anexos a sociedade (político, social, económico e ambiental) têm de estar em perfeita harmonia, ou seja sincronizados uns com os outros.

1.1.3 O Conceito de Participação Política

A tradição de pesquisas que inicia com L.W Milbrath (1965) cit in (Borba, 2012), de início, definia a participação como o conjunto de atividades relacionadas ao momento eleitoral.

A definição, aqui deixada por Milbrath, é confundida com o ato eleitoral, ou seja o ato eleitoral era para ele considerado a única oportunidade que o cidadão tinha de participar na vida da comunidade.

⁴ (Favero, 2003, pp. 9-10)

Hoje, esse conceito já não se resume ao ato eleitoral porque ganhou uma dimensão mais abrangente, passando a englobar todas as atividades desenvolvidas pelos membros de uma comunidade com o propósito de influenciar as decisões que envolvem o bem-estar social.

A oportunidade de participar na vida de uma comunidade revela ser um dos aspetos fulcrais do conceito de cidadania. Conquanto, a cidadania não se resume a participação política, mas sim a valores⁵ que se relacionam, na medida em que desempenham um papel importante na formação de atitudes e comportamentos políticos dos indivíduos, (Martins, 2010, p. 63).

Os valores cumprem, entre outras funções, o de orientar as condutas, no sentido da tomada de posições sobre determinados assuntos. (Rokeach cit in (Martins, 2010, p. 54).

As definições de Sidney Verba e Norman H. Nie cit in (Borba, 2012), ponderam que para a participação política deve-se entender “atividades realizadas por cidadãos privados que buscam, de modo mais ou menos direto, influenciar a seleção dos funcionários governamentais e/ou as ações que eles tomam”.

De maneira similar, para Samuel Huntington e Joan M. Nelson (1976), trata-se de uma atividade “realizada por cidadãos privados com o objetivo de influenciar a tomada de decisão do governo”, (Borba, 2012, pp. 264-265).

Pedro de Verona Rodrigues Pires, antigo Presidente de Cabo Verde, pondera que:

A pujança de uma sociedade sente-se pela participação dos seus cidadão na vida política, no dia-a-dia, e no seu engajamento na resolução dos problemas coletivos colocados pelo processo de desenvolvimento, uma sociedade saudável e comprometida com o seu próprio futuro⁶.

⁵ Inglehart cit in (Martins, 2010), define valores como um sistema de crenças associados ao funcionamento dos sistemas políticos.

⁶ (Pires, 2012, p. 446).

1.1.4 O Conceito de Governança

Muito se tem debatido sobre governança. E num mundo cada vez mais globalizado, a necessidade de um enquadramento fiel, desse conceito, e a sua adequação à realidade social é cada vez mais crescente.

Segundo Lima (2003), muito se tem falado sobre os princípios da governança, princípios esses, que estão intrinsecamente ligados à transparência nas relações entre as organizações e seu público-alvo. O conceito de governança, de acordo com o mesmo, está relacionado com a questão de respeito, entendimento de múltiplas expetativas, transparência, compromisso e responsabilidade, (Lima, 2003).

A questão da governança, de acordo com a explanação proposta por Lima tem uma relação muito estreita com a questão do exercício da cidadania. Que por um lado, exige o respeito pleno dos direitos de cada indivíduo que se relaciona com os atores da governança. E, por outro lado, os indivíduos devem respeitar os direitos das organizações no processo de suas expetativas e demandas.

Portanto, sendo a sociedade civil considerada um dos atores da governança, é natural através do vínculo da cidadania, a partir da qual decorrem as responsabilidades do cidadão face ao estado, contribuir para o desenvolvimento de um país seja um dever de todos enquanto seres sociais.

Governança, segundo o Banco Mundial (BM), no seu documento *Governance and Development*, de 1992, é o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo.

Precisando melhor, é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e económicos de um país, visando o desenvolvimento, implicando, ainda, a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas, e cumprir funções. Desta feita, governança refere-se aos meios e processos capazes de produzir resultados eficazes, operando num plano mais amplo, englobando a sociedade como um todo.

1.2 Cidadania e a sua caracterização

1.2.1 Evolução Histórica

Falar de cidadania é ir as raízes da constituição das sociedades. É um conceito que nos obriga a voltar para o passado, no momento em que o homem deixa de ser nómada para se tornar sedentário.

As pessoas vivem juntas por evidente expressão de uma necessidade, muito mais do que uma opção. Trata-se do anseio de associação, da necessidade de fazer parte de algo maior do que a própria individualidade. Assim sendo, a convivência social revela uma faceta da integração que envolve todos os elementos da natureza humana, no plano material, intelectual, familiar e espiritual, dentre outras.

Nas palavras de Dalmo de Abreu Dalari cit in (Junior, 2010):

A sociedade humana é um conjunto de pessoas, ligadas entre si pela necessidade de se ajudarem umas às outras... a fim de que possam garantir a continuidade da vida e satisfazer seus interesses e desejos⁷.

A cidadania é um conceito que acompanha o evoluir das sociedades, afirmação sustentada por Correia (2007) ao indicar o carácter evolutivo e dinâmico desse conceito como sendo a sua principal característica. Com efeito, a cidadania traduz, o relacionamento da sociedade civil com a forma de governo instituída, pelo que adquire sentidos e abrangências distintas em função do espaço e do tempo, (Correia, 2007, p. 33).

E com o mundo a caminhar para uma aldeia global esse conceito ganha novo fôlego.

Entender esse conceito é ir aos primórdios da humanidade, é um conceito com história, e ganha contornos diferentes em função do espaço e do tempo. A cidadania é um conceito que não pode ser analisado fora do contexto social e político em que se desenvolve e, por consequência, qualquer abordagem histórica pressupõe sempre como referencia uma determinada realidade política e social. Por isso ao longo desse trabalho foi adaptada à realidade cabo-verdiana.

⁷ (Junior, 2010, p. 1)

Esse conceito (cidadania), portanto varia, em profundidade, extensão e conteúdo de acordo com as variáveis tempo e espaço, pelo que se torna necessário analisá-la de acordo com as várias periodizações em que o tempo histórico é dividido.

Etimologicamente, a palavra cidadania advém do latim *civitas* (do latim, *civitas*, "cidade"), que significava, na antiguidade uma unidade territorial e política cujos membros se governavam a si mesmos (Correia, 2007, p. 33).

i. A cidadania classica

Na Grécia antiga, considerada por muitos estudiosos da área, como sendo o berço da cidadania clássica, e sendo os autores unânimes em reconhecer Aristóteles como o primeiro verdadeiro teórico da cidadania, cujos princípios delineou na obra *A Política*. Platão, no entanto, contribui também para a compreensão da cidadania nesta época. O conceito de cidadania clássica tem a participação como um fator fundamental na organização da polis. Na visão de Platão (1987), (cit in Correia, 2007), os indivíduos têm que unir-se para alcançar objetivos comuns, pelo que é impossível ao homem viver isolado. Na origem da cidade está a incapacidade dos indivíduos suprirem por si só todas as suas necessidades, por isso Platão coloca a tónica na impossibilidade do homem conseguir viver isolado, afirmando que nem a cidade e nem o próprio indivíduo retiram proveito desse isolamento. Este filósofo organizava a sociedade em três classes (magistrados, guerreiros e lavadores, artesãos e mercadores), relativamente aos seus direitos e deveres de acordo com as funções que desempenhavam na sociedade. A hierarquia social, proposta por Platão, não excluía os cidadãos dos seus direitos e deveres para com o desenvolvimento da comunidade, mas, sim os organizavam de acordo com a classe social a que pertenciam e, não em função das suas propriedades, de modo que todos pudessem participar, de acordo com os seus conhecimentos, (Correia, 2007, p. 35).

Já a visão de Aristóteles (1975) (cit in Correia 2007), classificava como cidadão, apenas, aqueles que gozavam da magistratura, recusando aqueles, que segundo a sua ótica não reunissem duas características fundamentais: razão e liberdade. Assim com base no primeiro requisito, a razão, excluía do exercício da cidadania as crianças, afirmando serem cidadãos incompletos, os escravos e as mulheres por acreditar que não são dotados de razão. No tocante ao segundo requisito, a liberdade, que segundo a definição dada por Aristoteles “ são livres todos os indivíduos que não se encontram subjugados pelo trabalho”, e com base nisso exclui

também os artesãos, por considerar que se o trabalho é uma escravatura, apenas na medida em que não trabalham podem, os indivíduos, serem aceites como cidadãos. O que importa destacar do pensamento de Aritóteles é que qualquer dos grupos é excluído do estatuto de cidadão por não participarem plenamente nos poderes públicos, uns pelo fato de não possuírem a razão, outros pela falta de tempo por causa de terem a sua liberdade condicionada por se encontrarem subjugados pelo trabalho, outros pelo vínculo da nacionalidade (no caso dos estrangeiros). Contudo admite que no caso dos operários e os artesãos possam tornar-se cidadãos na medida que libertarem do trabalho, em relação aos estrangeiros estes podem ser declarados cidadão pelos governos em determinadas circunstâncias, (Correia, 2007, p. 35).

A concessão da cidadania, na antiga Grécia Clássica, foi, sempre condicionada. Em Atenas, sobre o regime de Sólon, o direito de cidadania era atribuído somente a dois grupos de pessoas em particular, por razões diferentes. A primeira razão, diz respeito ao apoio a exilados, e ao segundo grupo o estadista prometia a integração plena na *polis* ateniense a quem fosse qualificado em determinado ofício e mostrasse intenção de se fixar na Ática juntamente com a sua família, (Leão, 2001, p. 388).

Em Roma, esse conceito sofreu algumas alterações. Não só do ponto de vista de abrangência, como também do próprio objetivo do Estado em incentivar a população a participar na vida política do império. Durante o Imperio Romano a cidadania para além de estar ligada a questão da participação do cidadão na governação do Imperio, ela passa a ser um instrumento de controlo social e de pacificação. Tornou-se mais inclusiva do que a grega, perdeu-se, porém, a perspetiva da participação. Transformou-se assim num instrumento legal que visava evitar o descontentamento social e manter as populações sobre o controlo do império, Keith Faulks (2000), (cit in Correia, 2007), (Correia, 2007, p. 36).

Na Idade Media com a ascensão do poderio da Igreja, a cidadania relacionada com o alcance do equilíbrio social e do bem-estar comum deixa de exercer essa função. Aflorando, nesse contexto, os dogmas do cristianismo como o caminho certo a percorrer para o alcance do bem-estar comum. Com o advento do cristianismo o bem deixa de estar associado á utilidade social e o homem ao cidadão, Tournaine (1994), (cit in Correia 2007), (Correia, 2007, p. 36).

ii. A cidadania moderna

Na passagem da era medieval para a era moderna, o conceito de cidadania muda, totalmente, o foco das obrigações dos cidadãos perante o Estado, passando para o lado individual esquecendo o primado da comunidade. Para Maquiavel a cidadania permite aos cidadãos defenderem os seus interesses pessoais.

Outros autores, como Jean Bodin, Thomas Hobbes, citados por Correia (2007), desenvolvem uma concepção de cidadania como troca cívica. A cidadania moderna, foi construída, com base na ideia de um contrato social, que por conseguinte desenvolve-se como uma forma de união dos indivíduos em sociedade, descartando a ideia de que o homem é por natureza um ser social.

Para Hobbes:

A sociedade civil permite ao homem sair do estado de guerra, de todos contra todos, que é para ele o estado natural do homem, (...), os indivíduos não têm uma disposição natural para viver em sociedade⁸.

Na sociedade idealizada por Hobbes (1982) as leis civis estabelecem os limites da liberdade dos indivíduos, desta feita, nesta comunidade os homens abdicam da liberdade que possuem no estado natural, em favor do controlo e dos limites da lei civil. O principal contributo de Hobbes, segundo Correia (2007) para a cidadania, foi a defesa de que todos os homens são naturalmente iguais, considerando que a desigualdade que reina na sociedade foi introduzida pela lei civil, (Correia, 2007, p. 37).

Um outro crítico do tema, que se destacou nesse período histórico foi Locke, que ao expandir as ideias de Hobbes, introduz uma nova ideia a esse estudo, considerando que a tarefa fundamental do Estado é proteger os interesses fundamentais dos cidadãos, os quais são todos iguais, independentes e livres. A lei segundo Locke serve para o Estado proteger os indivíduos, (Correia, 2007, p. 38).

A revolução Americana e, concretamente Thomas Jefferson (cit in Correia 2007) autor de Declaração da Independência dos Estados Unidos da América, também contribuiu para enriquecer o conceito da cidadania moderna. Foi introduzido o conceito de liberdade em resultado da assunção do direito à autodeterminação dos povos dos povos. Com a proclamação

⁸ Thomas Hobbes citado por Sofia Correia, (Correia, 2007, p. 37).

da independência dos Estados Unidos de América, é enfatizada a liberdade, a importância da participação e a necessidade de desenvolver as capacidades cívicas do homem comum através da educação. Porém considerava todos os homens iguais, mas excluía as mulheres, os escravos e os nativos americanos, (Correia, 2007, pp. 38-39).

A Revolução Francesa é o momento, decisivo do nascimento da cidadania moderna, pelos valores e princípios que proclama e por ter unido o Estado e a Nação, afirmação sustentada por Sofia Correia no seu livro *Capital social e comunidade cívica: O círculo virtuoso da cidadania*, (2007).

A Revolução Francesa colheu influências do pensamento de Rousseau. A advogar a soberania popular e a considerar as virtudes cívicas dos cidadãos e a participação, essenciais para a subsistência da comunidade política. O pensamento de Rousseau inspira os revolucionários franceses de 1789 que distoem o monarca, colocando o povo no poder como soberano e atribuindo direitos ao cidadão comum. Os revolucionários ambicionaram uma cidadania universal e igualitária, fundada nos ideais defendidos por Rousseau:

Em que todos os cidadãos são iguais, (...) e apenas a vontade geral pode conduzir o Estado de acordo com o bem comum, sendo a soberania o exercício dessa vontade geral que nunca pode ser alienada ou dividida, (Correia, 2007, p. 39).

T.M. Marshall (cit in Correia 2007), considerado o pai da cidadania moderna, contribuiu para o entendimento desse conceito na era moderna, e introduziu por sua vez algumas modificações. Marshall dividiu o conceito de cidadania em três componentes, civil, político e social. De acordo com o mesmo, estes três componentes foram-se desenvolvendo, progressivamente, através das conquistas dos indivíduos, respetivamente de direitos civis, políticos e sociais. O elemento civil da cidadania, exprime os fundamentos da liberdade individual. Que teve a sua origem no século XVIII com o nascimento dos direitos civis, que inclui por exemplo a liberdade de circulação, de imprensa, de pensamento, entre outros. No que tange a componente política, estão incluídos os direitos de voto, de participação política, o exercício do poder político como elemento de uma organização política. E no que diz respeito ao último elemento, a vertente social, integra os direitos sociais, que visam assegurar os mínimos de subsistência e segurança que permitam aos cidadãos usufruir dos padrões de vida da sociedade a que pertencem, (Correia, 2007, p. 41).

Correia reitera que, muitos autores têm procurado contribuir para uma ideia de cidadania pós-moderna diferente, da cidadania clássica que incluía apenas o grupo privilegiado que dirigia a comunidade e que possuía o estatuto de cidadão; e também da cidadania moderna que passou a incluir um grupo mais vasto de cidadãos, mas tinha um carácter limitador que correspondia basicamente ao exercício do direito de voto. Com a cidadania pos-moderna procura alargar-se a extensão para lá dos limites do Estado e aumentar simultaneamente a profundidade através da participação.

A cidadania múltipla, pós-moderna acenta na necessidade de desenvolver os deveres e obrigações para com os outros, e não apenas os direitos individuais, que eram postulados na cidadania moderna. Para tal, será necessário uma sociedade civil ativa e empenhada que consiga fundir os aspetos positivos da cidadania clássica (participação, importância da comunidade – agora local e global) com os aspetos positivos da cidadania moderna (princípio da liberdade e da igualdade- igualdade entre todos os indivíduos e não entre os cidadãos) criando uma cidadania pos-moderna, (Correia, 2007, p. 64).

iii. A cidadania na contemporaneidade

A cidadania hoje, denominada de pós-moderna, segundo (Correia, 2007), requer o desenvolvimento de condições específicas, ao nível das comunidades, e em última instância com o mundo a caminhar para uma aldeia global, o desenvolvimento de uma comunidade cívica global.

Correia admite que o desenvolvimento das tais condições específicas poderá fazer-se através da promoção do capital social. Putnam citado por Correia (2007), define capital social como as “características da vida social - redes, normas e confiança - que capacitam os participantes a agir, mais eficazmente, em conjunto para perseguir objetivos partilhados”. Putnam associa o capital social à participação política, mas não as considera como sinónimos, uma vez que segundo o mesmo “a participação política refere-se às nossas relações com as instituições políticas”, enquanto que “ capital social refere-se às nossas relações uns com os outros”. Posto isto a expressão “envolvimento cívico” é utilizado por Putnam num sentido mais lato que inclui não apenas a ligação dos cidadãos com a política mas também com a vida, ou seja com o desenvolvimento das suas comunidades, (Correia, 2007, p. 85).

O capital social por sua vez promove a virtude cívica, que orienta o indivíduo no caminho para a busca dos interesses da comunidade em detrimento dos interesses particularistas, aumentando desta forma a cooeração e consequentemente a eficiência da sociedade, (Correia, 2007, p. 105).

Nesta nova visão do exercício do poder democrático e da sua partilha entre o Estado e a sociedade o conceito da cidadania ganha uma nova força. Ou seja, a relação de complementaridade entre Estado e Sociedade civil ganha novos contornos.

De acordo com Albuquerque:

O redimensionamento dos Estado Providencia, apos a década de oitenta do século XX, tem-se centrado na revalorização do papel da sociedade civil, dos cidadão e do mercado, numa logica de produção mista de bem-estar social. O modelo de estado onnipresente, capaz de “libertar a sociedade da necessidade e do risco”, cede lugar, perante situações de ineficácia e de produção de dependência nos indivíduos, a um modelo implicacionista, que apela a participação dos diversos agentes na construção de respostas mais adaptadas as reais necessidades, mas também potenciadoras de uma gestão eficiente de recursos diferenciados⁹.

Neste sentido, Albuquerque constata que, a denominada “nova geração de políticas sociais” emergente nas últimas décadas, centra-se em alguns pressupostos, como:

- a) Territorialização, valorizando a intervenção sociopolítica nos territórios locais pelo aproveitamento das respetivas potencialidades;
- b) Inserção e ativação apelando ao papel ativo dos cidadãos na (re) construção de um projeto de vida e associando a efetivação de deveres, devidamente contratualizados, à prestação de um direito;
- c) Singularização, procurando adequar as respostas sociais aos percursos de vida, às potencialidades e às expectativas, pessoais e sociais, de cada sujeito, (Albuquerque, 2010, pp. 67-68).

Verifica-se, neste sentido, que essa nova geração de políticas sociais procura de acordo com Albuquerque (2010) valorizar a equidade, enfatizando, prioritariamente o que é específico das situações de dificuldade, quer individuais, quer territoriais. Desta feita, o Estado deixa de

⁹ (Albuquerque, 2010, p. 67).

constituir-se como o único agente de proteção e passa a ser apenas um elemento ou agente, de entre outros, na produção do bem-estar social, numa ótica de co-responsabilização.

Para a autora, a chamada “nova geração” de políticas sociais, alicerça-se sobre duas condições inquestionáveis: em primeiro lugar o reconhecimento do indivíduo não como assistido mas como cidadão ativo, com direito à utilidade social e à vivência em sociedade); e, em segundo lugar a co-responsabilização quer do cidadão beneficiário, quer da sociedade, na efetivação de um percurso de participação societal plena, Robert Castel e Maurice Roche (cit in Albuquerque, 2010, p. 76).

Um dos principais desafios que se coloca às democracias contemporâneas tem a ver com a configuração de um modelo de Administração compatível com as exigências de uma cidadania participativa e efetiva. O cidadão, por um lado, não só reconhece a importância dos seus direitos enquanto cidadão, mas, por outro lado, a consciência dos seus deveres.

Na perspetiva de Baggio:

Cidadãos engajados e “apaixonados” podem encontrar a ponte entre os problemas sociais e as soluções. As comunidades, empresas e governos podem realmente criar um ambiente para mudança social¹⁰.

Os modernos sistemas de administração pública privilegiam o exercício de uma cidadania ativa, na qual o cidadão vai para além dos padrões tradicionais de participação, nos quais os cidadãos se limitavam a participar em processos eleitorais. No entanto, a herança do Estado-Nação é a expectativa que os seus cidadãos instruídos têm de que o Estado deve fornecer a infraestrutura institucional da vida diária, e os cidadãos, não necessitam de participar em grandes projetos nacionais. Os cidadãos, como possuidores, usam a infraestrutura social que o Estado fornece como um espaço dentro do qual podem escolher a cultura, a religião, o entretenimento, o desporto, as viagens e o estilo de vida. As suas exigências enchem o discurso do Estado e justificam as suas ações, (Albrow, 2001, p. 199).

O cidadão empenhado, ou cidadão ativo afirma os seus direitos num sentido positivo para com o interesse coletivo (...) dedicando-se a lutar por novas causas públicas como a construção de parques infantis, a salvação da floresta tropical, o fim da discriminação racial, o apoio à oposição

¹⁰ (Baggio, 2017).

à posse de armas. Agem como agentes responsáveis, empenhando-se na democracia discursiva (Dryzeck, 1990). Como tal, olham para além das fronteiras nacionais na defesa de causas globais, dos direitos humanos, da paz, das crianças e do ambiente. Nunca houve um sentido tão difundido de responsabilidade pública ao serviço daquilo a que Ronald Inglehart chamou os nossos valores pós materialistas.¹¹

Nascimento (2012) com recurso a Mozzicafredo (1997) a cidadania, como matriz de integração social e sistémica, percorre cada uma das três dimensões do cidadão, como contribuinte, como eleitor e como partícipe da sociedade. A categoria de cidadania, operando como mediadora entre os indivíduos e as estruturas sociais, constitui-se como uma forma especial de organizar o espaço político e onde assentam a diferenciação, a integração, as tensões e as orientações sociais e organizacionais da vida coletiva em democracia, (Nascimento, 2012, p. 28).

A cidadania manifestante aprenda-se em muitos contextos e ao longo da vida. O exercício de uma cidadania ativa é, hoje, uma condição necessária para a obtenção de políticas públicas democraticamente legítimas, por um lado e, por outro, um fator que contribui para uma maior efetividade, das políticas públicas.

Entretanto, o exercício de direitos e deveres de cidadania, com a qualidade desejada, só será efectivo se existir uma política de sensibilização e educação para a cidadania, indutora de uma maior participação dos cidadãos nos assuntos que lhe dizem, directa ou indirectamente, respeito.

Fazendo referência ao contexto cabo-verdiano, de acordo com as informações obtidas dos inquéritos e das entrevistas, de uma forma geral pode-se considerar que a questão do exercício da cidadania, relacionada com a participação, ainda não se pode afirmar que os cabo-verdianos participam ativamente na vida social. Todavia essa situação tem vindo a mudar de forma gradual, assessorada por uma maior e cada vez mais crescente dinâmica interna e, também, pelo acompanhar do progresso internacional.

¹¹ (Albrow, 2001, p. 199 Á 200).

1.2.2 Cidadania e Regimes Políticos

i. O regime democrático e a participação política

Do ponto de vista da Ciência Política, normalmente o conceito de democracia aparece associada a ideia de uma das possíveis formas de governo. Uma das formas de governo que nos faz regressar ao período clássico da Grécia antiga, aos ensinamentos de Sólon, Dracon, Pericles, Aristóteles, Platão, entre tantos outros.

O regime político democrático defende valores universalmente reconhecidos, como a liberdade, a igualdade, a justiça social, o respeito para com o próximo e favorece espaço de participação e de diálogo. É aquele tipo de regime, onde não se pensa existir súbditos, mas cidadãos.

O termo democracia provém do grego que demos = povo e kratos = poder, portanto, desde seus primórdios democracia teve a conotação de poder do povo, poder popular, (Favero, 2003).

Atenas foi uma das primeiras democracias e a mais importante do mundo antigo; era uma democracia direta, uma vez que os cidadãos votavam diretamente e as decisões eram tomadas por maioria. Nem todos os habitantes podiam participar do processo, os direitos de cidadania limitavam-se aos varões adultos e livres, desses direitos estavam excluídos as mulheres, os escravos e os estrangeiros. No sistema democrático da antiguidade, os direitos políticos eram monopólio dos homens, as mulheres eram consideradas seres inferiores e limitadas pela natureza: os homens estavam destinados a mandar e as mulheres a obedecer, Aristóteles (384-322 a.C.) (cit in Gomes, 2011, p. 47)

O regime político democrático defende valores universalmente reconhecidos, como a liberdade, a igualdade, a justiça social, o respeito para com o próximo e favorece espaço de participação e de diálogo.

Rousseau (cit in Gomes, 2011), um dos responsáveis da criação dos germens da democracia moderna, cuja filosofia política se baseava no direito natural de todos os homens à vida, à liberdade e à propriedade, sendo tarefa do Estado defender e garantir esses direitos, atesta que:

Os cidadãos deveriam exercer livremente os seus direitos de participação nas tomadas de decisões sem intermediários através de uma democracia direta. O Estado, segundo, ele nasce de

um acordo livre entre homens que se uniram para eleger o governante, e a missão deste é cumprir sempre a vontade popular¹².

Os postulados dessa filosofia, denominada “Ilustração¹³” deram impulso teórico a Revolução Francesa que criou os alicerces políticos e económicos da democracia moderna.

Crispina Gomes citando Alexis de Tocqueville, sociólogo e historiador francês do século XIX reitera que, a democracia é uma forma de sociedade baseada na igualdade de condições e, sobretudo, na sua dimensão ética, que o indivíduo deve desenvolver do ponto de vista moral, mediante a sua participação nos assuntos políticos, (Gomes, 2011, p. 48).

Norberto Bobbio citado por (Gomes, 2011), considera que a democracia é importante, uma vez que, historicamente defendeu os indivíduos contra os abusos do Estado, e segundo a sua perspetiva define a democracia como um método para a tomada de decisões coletivas.

As referências a participação política não são recentes, em tempos anteriores, mais precisamente no século XVIII, já se registavam algumas preocupações, relativamente a esse conceito, onde alguns pensadores, da época, defendiam que era importante que os cidadãos participassem na resolução dos seus problemas decorrentes da vida em sociedade.

Gomes atesta que:

Nas sociedades modernas, o grau de democracia está determinado, em grande medida pelo nível de participação dos indivíduos. Por isso esses dois conceitos estão muito associados, além de mais a participação é considerada a condição sine-qua-non para a construção e ampliação da democracia e do desenvolvimento sustentável das sociedades. Ela é, geralmente, utilizada como um indicador quantitativo e qualitativo da “temperatura democrática” de determinada sociedade à escala local, regional ou nacional¹⁴.

¹² (Gomes, 2011, p. 48)

¹³ Ilustração teoria filosófica, cujos principais representantes foram Montesquieu, Voltaire e Rousseau, que se baseava no direito natural de todos os homens, à vida, à liberdade e à propriedade, sendo tarefa do Estado defender e garantir esses direitos, (Gomes, 2011, p. 47).

¹⁴ (Gomes, 2011, p. 54).

O conceito de participação, seguindo a esplanção de Gomes (2011), abaraca geralmente diferentes varianates. Como desenvolvimento participativo, participação comunitária, participação politica, entre outras formas.

Entretanto neste presente trabalho considerou-se mais relevante a analise deste conceito do ponto de vista político. Ponto este, que corforme Gomes (2011), vê na democracia a possibilidade de o individuo e a coletividade tomarem parte ou contribuírem para o desenvolvimento politico, (Gomes, 2011, p. 54).

Muitos foram os autores que deram o seu contributo para o entender desse conceito. Como, por exemplo Rousseau, afirmava que toda a teoria politica se centra na participação individual de cada cidadão na adopção de decisões políticas. Considerava cada cidadão depositario de uma fração de soberania, e como tal, participa nas decições coletivas. Na mesma linha de pensamento de Rousseau, os marxistas defendem que a participação dos indivíduos é determinante para a resolução dos seus problemas, (Gomes, 2011, p. 55).

Um outro autor, que também dá o seu contributo na perceção deste conceito, é John Stuart Mill (cit in Gomes, 2011) onde sustenta que:

A participação de cada cidadão deve ser a mais ampla possível. Apela a necessidade de proteger os interesses de cada cidadão e melhorar a sua educação/ cultura e inteligência politica, o que se obtém através da experiencia fornecida pela participação politica.¹⁵

Para que uma atividade seja entendida como participação politica, o individuo que participa deve poder ter o direito e a capacidade de influenciação na esfera politica. A participação política é coisa de dois, em que um participa e um outro que reconhece esta atividade. É assim que o interpreta Haroldo Dilla citada por Crispina Gomes, que observa que ela se manifesta na:

Capacidade que o cidadão comum tem de se envolver no processo de tomada de decisão, o qual atangui o seu ponto mais alto no momento das eleições, embora ela não se limita a isso: é um meio para transformar as relações de poder e superar abrecha entre decisores e executantes¹⁶.

¹⁵ (Gomes, 2011, p. 56)

¹⁶ (Ibidem, 2011, p. 57)

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) defende que a participação implica:

Envolvimento do individuo nos processos económicos, sociais, culturais e políticos que afetam as suas vidas; em alguns casos o individuo tem controlo completo e direto sobre estes processos, noutros casos esse controlo pode ser parcial ou indireto, no entanto, o importante é que as pessoas tenham acesso as instâncias de tomada de decisões e de poder¹⁷.

A participação constitui neste sentido, um elemento essencial ao desenvolvimento humano.

A promoção do desenvolvimento humano, segundo Dias (2001), tem um relacionamento muito estreito com a democracia, em que:

Por um lado ela envolve um dos princípios fundamentais dos sistemas democráticos - que é a oportunidade de participação na tomada de decisões por parte dos afetados por elas,- e, por outro lado, constitui um ato de exercício de cidadania.¹⁸

Joseph LaPalombara (cit in Dias 2001) é de opinião que, um dos principios basicos da democracia, reside no simples facto de que todos aqueles afetados pelas politicas dos governos devem ter a possibilidade de ajudar a determinar quais devem ser essas politicas. Portanto seja qual for o significado que se dê a democracia, ela sempre incluirá alguma forma de participação generalizada no processo político.

Na mesma ótica Phillippe Schmitter, cientista politico (cit in Dias 2001), defende que:

A cidadania é a característica distintiva da democracia, pois (...) os sistemas não-democráticos podem ter eleições, parlamentos, partidos, tribunais e até *the rule of law* e liberdades individuais, mas só as democracias têm cidadãos, e acrescenta ainda que “(...) mudanças nos direitos, deveres, condições e praticas de cidadania oferecem os mais visíveis e efetivos meios para a melhoria da democracia. Se um governo deseja fazer mudanças progressivas na natureza das instituições politicas, uma forma efetiva e promissora para começar é repensando e redefinindo o que a cidadania é e o que pode significar para indivíduos e grupos sociais¹⁹.

¹⁷ (Gomes, 2011, p. 59)

¹⁸ (Dias, 2001, p. 197)

¹⁹ (Ibidem, 2001, p. 197)

Os sistemas democráticos fomentam a participação porque são por regra geral, abertos e recetivos a propostas e pontos de vista de cidadãos, ao contrario dos sistemas autoritários que as desencoragem.

Portanto não existe democracia sem participação, participação exige que as pessoas estejam atentas aos problemas da sua comunidade ou do Estado, e que sejam capazes de tomar decisões e comprometer-se com a sua realização. A democracia é indispensável para o estabelecimento de uma nação civilizada, em que o sistema político é regido por cidadãos que elegem os seus dirigentes.

Todavia, a democracia é, apenas, o ponto de partida para a construção dessa sociedade civilizada, porque não basta ter a democracia para resolver os problemas e desafios da vida em comum, pois a democracia só se estabiliza numa sociedade fundada na justiça social, ou seja, na cidadania, na participação.

Beatrice K.Lopes afirma que, a cidadania é uma conquista e só se realiza a partir da conscientização das pessoas sobre seus direitos e deveres. Uma sociedade desinformada a respeito desses dois conceitos não se emancipa.

Transpondo para a realidade cabo-verdiana, segundo as informações recolhidas das entrevistas, a sociedade civil já foi em tempos passados mais passiva, entretanto hoje já se pode observar uma mudança nesse comportamento passivo para um paradigma mais ativo, contribuindo assim para o desenvolvimento de Cabo Verde.

A entrevistada número 1, questionada sobre como é que classifica o grau de participação da população no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, afirma que a participação dos cidadãos é satisfatório, mas ainda não é o ideal. Uma vez que, segundo a mesma, a participação tem sido feita, principalmente através do sufrágio universal, direto e periódico, ou seja, o voto.

A entrevistada número 2 é de opinião que não há nenhum governo, nenhum partido que consiga fazer as coisas, por si só, sem o engajamento das populações, portanto a população tem tido um papel fundamental, no atingir desse patamar que Cabo Verde tem hoje. Entretanto a população deveria trabalhar mais a questão de intervenção, ser mais crítico, embora, segundo a nossa entrevistada tem-se sentido algumas alterações de espírito no seio da sociedade cabo-verdiana. Disse que os cidadãos têm participado no processo de desenvolvimento do país em primeiro

lugar, através do seu trabalho, do seu espírito crítico, das suas reivindicações, demonstrando que se interessam pelas questões que afetam a vida em sociedade.

A entrevistada numero 3, seguindo as suas orientações, conclui que, claramente, o povo participa e por mais que tenhamos governantes responsáveis, que trabalham, a população tem sempre demonstrado ser disponível e ajudando no processo de desenvolvimento, [exercendo a função de fiscalizadora das ações dos governantes]. Afirma, ainda, que é necessário trabalhar e aperfeiçoar mais, para que se possa atingir um nível, mais elevado, e constata que estamos num bom caminho para que isso se possa tornar realidade.

E questionada sobre a forma que a população tem participado, ela é de opinião que apesar da população ter contribuído, no sentido de fiscalizar, o que tudo se tem passado no terreno, revela ser pouco os que desempenham essa função na sociedade. Logo, neste ponto que urge focar e trabalhar mais. Há a necessidade de críticas construtivas, ser mais participativa, exigir uma boa aplicação dos recursos e uma boa governação.

A população tem participado no processo de desenvolvimento de Cabo Verde? Através de que meios tem sido feita essa participação? Essas foram algumas das interrogações que coloquei a entrevistada número 4, e ela respondeu que a população tem participado. A participação é dada através de várias maneiras, enquanto mãe, esposa, trabalhadora, educadora, membro de uma associação, de um club desportivo, entre outras várias formas, e ao fazer esse tipo de participação, naturalmente está-se a participar no processo de desenvolvimento. Mesmo que uma pessoa não queira, acaba sempre por participar, por envolver-se porque o homem é por natureza um ser sociável.

Entretanto, em termos de cidadania ativa a participação é fraca. Há uma intervenção cívica muito fraca, as pessoas participam muito pouco nos processos de desenvolvimento, é preciso estimular essa cidadania, porque há de facto situações muito graves que acontecem, por exemplo, há problemas em relação à educação, à saúde, à ecologia que condicionam o desenvolvimento e que mereciam uma atenção, ou postura diferente, por parte dos cidadãos cabo-verdianos.

1.2.3 Género e Cidadania

i. A participação política vs a participação feminina

O século XX foi o século da emancipação feminina e da conquista dos direitos fundamentais por parte das mulheres, entre os quais o direito de voto, tendo-lhe permitido o abandono da esfera privada e passar a ser parte ativa nas instituições públicas do Estado, Capuzzi cit in (Mwewa, et al., 2009, p. 61).

Nas sociedades africanas, o papel da mulher foi sempre fundamental. E não menos é em Cabo Verde.

O tema de participação, em geral, e da participação política em particular tem hoje uma grande vigência em todo o mundo. Muitos governantes reconhecem que a democracia, que se baseia em princípios de liberdade e igualdade de direitos, não pode existir sem uma presença real e ativa dos seus cidadãos.

A participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política constitui uma condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo as leis promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos.

A consolidação da democracia tem contribuído para aumentar o número de mulheres em cargos políticos, bem como em processos de tomada de decisão. Portanto, são várias as mudanças e medidas adotadas que, paulatinamente abriram e aumentaram a possibilidade de uma maior participação das mulheres.

E assim sendo Crispina Gomes (2011) atesta que:

O atual nível de participação é o resultado de um largo processo que se vai consolidando e ampliando, na medida em que os dirigentes políticos e a sociedade civil, no seu todo, vão tomando consciência da sua importância na evolução da humanidade. Este processo, porém não se tem desenvolvido de forma simétrica com relação aos sexos²⁰

Conquanto, este processo não se desenvolveu de forma simétrica em relação aos homens e mulheres, Gomes assegura que salvo os incontestáveis ganhos em matérias da vida económica, política e social, as mulheres ainda não estão a ocupar a esfera que lhes corresponde, por direito próprio, na sociedade.

²⁰ (Gomes, 2011, p. 27)

A situação da mulher é variada, ganha enfoques diferenciadas, de acordo com a localidade, país e/ou região.

Mas, analisando a realidade de outrora, segundo Gomes (2011), a sociedade cabo-verdiana sendo do tipo patriarcal, as mulheres durante séculos e séculos ocupavam um lugar na sociedade muito distinta de o dos homens. A elas cabia-lhes as lides domésticas e aos homens a esfera pública.

Durante séculos estabeleceram-se regras e normas relativas as relações de género, baseadas na supremacia do masculino sobre o feminino e na distribuição desigual dos recursos, das oportunidades e de poder.

Com o surgimento do chamado movimento feminista na Europa, nos finais do século XIX, a luta das mulheres estrutura-se e torna-se mais ampla, rompendo com as ditas “normas e regras” de relacionamento entre homens e mulheres, marcando o início da escrita de uma nova página no “livro” de relacionamento entre os géneros.

As feministas explicam que:

Tanto as mulheres como os homens, são frutos de uma construção social que, historicamente, atribuiu aos sexos um conjunto de características psicológicas, sociais e culturais que, por sua vez, se vão transformando com o tempo, na medida em que se operam mudanças na sociedade²¹.

A presença insuficiente da mulher em instâncias de decisão é um fenómeno universal, que tem as suas especificidades em cada continente e país, e é determinado pelo nível de desenvolvimento alcançado, a cultura e a luta levada a cabo pelas mulheres.

Gomes salienta que em Cabo Verde,

As relações de poder não favorecem as mulheres, cuja presença nas instâncias de decisão, mesmo que nas últimas décadas tenha melhorado, ainda continua a ser inferior ao do homem²².

A participação da mulher cabo-verdiana na política a partir da independência era reduzida, e hoje, o cenário é simplesmente diferente. As mulheres, paulatinamente, vão ocupando lugares

²¹ (Ibidem, 2011, p. 29)

²² (Gomes, 2011, p. 30)

importantes ao lado dos homens. Graças aos impulsos de organizações de defesa e promoção da mulher, como, por exemplo, a OMCV, o ICEIG.

Porém, não obstante a participação das mulheres ter aumentado, nota-se que a sua presença nas instâncias de poder ainda é baixa e a sua capacidade de interferir nas políticas e programas de desenvolvimento de seus países revela-se um tanto quanto insuficiente.

A declaração do Milénio de 2000 reafirma a importância da participação da mulher no desenvolvimento, e declarou pela primeira vez, a urgência de promover a igualdade e o empoderamento das mulheres como as formas mais efetiva para combater a pobreza, a fome, as doenças e para estimular verdadeiramente, o desenvolvimento. (Gomes, 2011, p. 63)

Gomes patenteia que, a redistribuição do poder e a destruição de estruturas patriarcais são resultados da mudança das relações de poder dentro das estruturas sociais, que, segundo, a mesma não deixa de ser o empoderamento da mulher. Empoderamento que segundo, Paulo Freire pedagogo brasileiro, citado por Crispina Gomes no seu livro *Mulher e Poder-O caso de Cabo Verde* (2011), é o processo pela qual as pessoas fortalecem as suas capacidades, confiança, visão e protagonismo enquanto grupo social e têm maior grau de controlo e influência sobre os recursos, (Gomes, 2011, p. 61).

Empoderar as mulheres é [deveras] empoderar o mundo, palavras da nossa entrevistada número 2.

O direito de participar na vida política, está consagrada na Constituição da República no seu artigo 55º número 2, “todos os cidadãos têm direito de participar na vida política diretamente e através de representantes livremente eleitos”, e no seu ponto 4 afirma que o “Estado incentiva a participação equilibrada de cidadão de ambos os sexos na vida política” (CV, Novembro de 2012, p. 54) , [logo é mais do que justo que as mulheres tenham a mesma oportunidade que os homens e revela-se da ordem dos valores da cidadania].

No que diz respeito a Cabo Verde pode-se dizer que, a mulher tem vindo a conquistar, pouco a pouco, um lugar na sociedade. Basta ver que, no período colonial, ela era ignorada, tendo ao seu favor poucas leis que tivessem em conta os seus direitos e aspirações, (Camacho, Setembro de 2010, p. 12 a 13).

1.2.4 A participação da mulher em órgãos de poder

TABELA 1-PRESENÇA DA MULHER NA ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR DE 1975/2016

Legislatura	Total de Deputados eleitos	Feminino	Percentagem feminino
I legislatura 1975	56	1	1.7 %
II legislatura 1980	64	6	9.3 %
III legislatura 1985	81	9	11.1%
IV Legislatura 1991	79	3	3.7%
V Legislatura 1995	72	8	11.1%
VI Legislatura 2001	71	7	9.8%
VII Legislatura 2006	73	9	12.3 %
VIII Legislatura 2011	72	14	19.8%
IX Legislatura 2016	72	18	25%

Fonte: (Graça, et al., 2015)

TABELA 2-CANDIDATURAS FEMININAS APRESENTADAS PELOS PARTIDOS DURANTE AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES MULTIPARTIDÁRIAS DE 1991

Partidos políticos	Mulheres candidatas
PAICV	0
MPD	5

Fonte: (Graça, et al., 2015)

TABELA 3-CANDIDATOS ELEITOS PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS

Ano das eleições	Número de Homens	Número de Mulheres
1991	95	8
1996	97	11
2000	96	17
2004	92	25
2008	111	29
2012	109	29
2016	105	35

Fonte: (Graça, et al., 2015)

TABELA 4-DEPUTADOS NOMEADOS PARA MEMBROS DO GOVERNO DE 1991 A 2016

Ano da eleição	Número de homens	Número de mulheres
1991- IV legislatura	8	0
1995- V legislatura	1	11
2001- VI legislatura	0	5
2006- VII legislatura	2	8
2011- VIII legislatura	1	5
2016- IX legislatura	6	1

Fonte: (Graça, et al., 2015)

A luta pela emancipação da mulher não é uma prerrogativa exclusiva dos países mais avançados.

Em Cabo Verde, pode-se dizer que esse processo teve o seu início no contexto da luta pela libertação nacional, e ainda continua. Ora essa situação não pode ser alterada sem uma consciência da sua existência, mas sobretudo sem um princípio: o princípio da luta, (Gomes, 2011, p. 17).

Tendo em conta as tabelas acima ilustrados pode-se afirmar que a situação da mulher tem vindo a sofrer alterações bastantes significativas, por um lado, mas por outro lado, mesmo com essas alterações, ainda, não atingiu o patamar desejado. Portanto, deve-se trabalhar mais a questão de igualdade e equidade do género no acesso a cargos de cúpula da sociedade.

De acordo com a tabela nº1, ficamos a saber que nos primeiros 15 anos da independência de Cabo Verde, não houve uma participação significativa das mulheres nos órgãos de poder em especial no parlamento. No parlamento havia uma mulher na I Legislatura entre 55 Deputados.

Na tabela nº2, relativamente as candidaturas femininas apresentadas pelos partidos políticos durante as primeiras eleições multipartidárias de 1991, o Partido Africano de Independência de Cabo Verde (PAICV) não apresentou nenhuma mulher como candidata, enquanto que o Movimento para a Democracia (MPD) apresentou 5 mulheres.

Respeitante a candidados eleitos para as Câmaras Municipais, o número de mulheres sempre foi inferior a dos homens, sendo registado o menor número em 1991 com o número de 8 mulheres eleitas e o maior número só veio constar em 2016 com o número de 35 mulheres eleitas, conforme a tabela nº3.

No tocante a Deputados nomeados para membros do Governo, em 1991 nenhuma mulher deputada foi nomeada para membro do governo, sendo o número mais expressivo de mulheres nomeadas para membros do Governo, pertencente a VII Legislatura em 2006 em que foram nomeadas 2 mulheres.

O governo de Cabo Verde ratificou, desde a independência diversos documentos, ao longo dos anos em favor da condição feminina, como por exemplo:

- Os dois instrumentos básicos para o desenvolvimento das ações em matéria de género, nomeadamente os princípios do Plano de Acção da Conferência Internacional sobre População, de Cairo (1994), e da Plataforma de Acção adotada na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (Beijing, 1995), que consagram as estratégias e caminhos de mudança para promover a igualdade entre os sexos.
- Subscreeveu também o 3º objetivo de Desenvolvimento do Milénio (2004) – “Promover igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”.

- A nível da sub-região, Cabo Verde está em sintonia com as diretrizes adotadas pelas diferentes instâncias da União Africana e da Comunidade Económica dos Estados de África do Oeste (CEDEAO).
- A nível nacional, tanto a Constituição da República como o Código Penal, a Lei Eleitoral, o Código Laboral e o Código da Família consagram a igualdade de género, tendo sido realizados progressos consideráveis nos últimos anos, em especial, na área da educação.
- De realçar a elaboração e aprovação do Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (PNIEG), (Pública, Maio de 2008).

Os direitos da mulher estão, claramente, assegurados na Constituição da República, no seu artigo 1º, número 2, que reconhece que:

- A República de Cabo Verde reconhece a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de origem social ou situação económica, raça, sexo, religião, convicção política ou ideológicas e condição social e assegura o pleno exercício por todos os cidadãos das liberdades fundamentais, (CV, Novembro de 2012, p. 25) .
- O Estado se compromete a criar progressivamente as condições indispensáveis à remoção de todos os obstáculos que possam impedir o pleno desenvolvimento da pessoa humana e limitar a igualdade dos cidadãos e a efetiva participação destes na organização política, económica, social e cultural do Estado e da sociedade cabo-verdiana, (CV, Novembro de 2012, p. 25) .

Foram criadas as bases legais para o empoderamento das mulheres e a sua autopromoção. As instituições, como o ICIEG, a OMCV a MORABI, têm trabalhado em prol da condição feminina, desenvolvendo as suas ações no sentido de emancipação e empoderamento das mulheres.

Na opinião da nossa entrevistada número 1, a participação da mulher na vida social ativa é bastante importante, mas, ainda não é a desejada. Devem os governantes desenvolver ações ou programas para que, efetivamente, as mulheres possam participar mais e melhor.

A nossa entrevistada número 2, também, não difere muito da opinião da primeira entrevistada, no que tange à importância da participação feminina no desenvolvimento de Cabo Verde. Sublinha, que muitas vezes, as mulheres da nossa terra são chefes de famílias, esforçam-se para colocar os filhos na escola, mesmo em condições de pobreza extrema, por isso “a meu ver todos

os governos devem ter políticas direcionadas para as mulheres porque empoderar as mulheres é empoderar o mundo.”

É necessário criar as condições para a participação, efetiva da mulher nas diversas esferas da vida social. Evidentemente que, ainda, a situação feminina não é a desejada, o ideal, mas se está a trabalhar para que isso possa tornar-se possível, por exemplo está-se a trabalhar a nível do Parlamento Nacional na questão da paridade de género, com o objetivo de ter no parlamento a mesma percentagem de homens e mulheres como deputados da nação. A mulher em nada é inferior ao homem, nem em capacidade, nem em inteligência, nem em vontade de fazer, por isso as mulheres podem, devem e têm participado no processo de desenvolvimento de Cabo Verde.

A entrevistada número 3, questionada sobre a participação da mulher no desenvolvimento de Cabo Verde, reitera que observa essa participação com bons olhos. As mulheres ao participarem na educação dos seus filhos esta também a participar no desenvolvimento do país. O nível de desenvolvimento em que Cabo Verde, hoje, se encontra, deve-se também ao esforço das mulheres. Hoje atualmente as mulheres estão apostando cada vez na sua capacitação. E se há mulheres a ocuparem o topo de uma empresa ou se encontram no elenco camarário ou governamental não é por serem do sexo feminino [o sexo frágil] mas por serem tão competentes quanto os homens.

A entrevistada número 4, também, defende a meritocracia, confessando que, para ela, é indiferente se é um homem ou uma mulher que está à frente de alguma instituição ou no governo. Defende que se há demonstração de capacidade, qualquer um pode ocupar um determinado cargo. A situação da mulher cabo-verdiana revela-se, hoje, ser diferente da de outrora. Segundo a mesma, isso pode ser observada através da massificação do ensino, visto que a maior percentagem de alunos é do sexo feminino, portanto as mulheres, também, apostam na sua formação no adquirir de mais e melhores conhecimentos. A participação feminina é positiva. As mulheres são uma peça mestra da nossa sociedade, muitas delas as vezes, não podem participar de forma direta no processo de desenvolvimento da nossa sociedade, mas quando educam os filhos e, muitas vezes, são chefes de famílias, é uma forma também de participar. Porque, preparar um filho para a vida em sociedade, para o respeito mútuo, para a solidariedade, para a proteção ambiental, é também prepará-lo para o futuro e para seu envolvimento no processo de desenvolvimento do país.

No tocante aos 100 inquiridos, ao indaga-los sobre como observam a participação feminina no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, 90% responderam que a mulher tem participado no desenvolvimento de Cabo Verde e que, essa participação, é vista de forma positiva e tende a aumentar.

De forma geral, a situação da mulher em Cabo Verde tende-se a melhorar.

CAPITULO II: EVOLUÇÃO LEGISLATIVA SOBRE A PARTICIPAÇÃO CÍVICA EM CABO VERDE

2.1 As bases legais da participação cívica em Cabo Verde

O sistema político democrático foi instituído em Cabo Verde desde 1991, data da abertura política e o aparecimento, na cena política, de novos partidos políticos. Com a abertura política deu-se, pela primeira vez, a alternância política, com a vitória do MPD.

A pobreza, o desemprego, a justiça social e a segurança, entre outros assuntos, têm sido alvos de atenção por parte da sociedade civil cabo-verdiana, sobretudo a partir da década de noventa, com o advento da democracia. O que nos incita a pensar sobre novas tendências no que se refere à cultura política dos cabo-verdianos, particularmente na afirmação e configuração de uma esfera pública, que prima pela prática do debate e respeito pela opinião pública, capaz de influenciar as ações do sistema político.

Com a proclamação da independência de Cabo Verde foi criada a Lei sobre a Organização Política do Estado de Cabo Verde (LOPE) em julho de 1975, a primeira base legal do país.

No que tange a salvaguarda das liberdades da sociedade civil cabo-verdiana, no aspeto de que esta pudesse se organizar e ser uma voz fiscalizadora das ações dos governantes, a LOPE foi muito vaga e limitadora, logo no seu artigo 1º ela defendia que:

Artigo 1º

“A Soberania do Povo de Cabo Verde é exercida no interesse das massas populares, as quais estão estreitamente ligadas ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que é a força política dirigente na nossa Sociedade.” (Silva, 2010, p. 407)

Este artigo deixa evidente que todas as formas de dirigir o país tinham que estar ligadas a força política do PAIGC, e que qualquer outra forma de organização civil que não estivesse estritamente ligada ao partido não era legal.

Com a criação da Constituição da República de Cabo Verde de 1980, deu-se a manutenção do artigo 1º da LOPE, agora no artigo 4º da Constituição, o que mantinha as organizações da sociedade civil atreladas ao PAIGC.

Artigo 4º

“1. Na República de Cabo Verde, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) é a força política dirigente da sociedade e do Estado.” (Silva, 2010, p. 47).

Este artigo impossibilitava o aparecimento na cena política de novas forças políticas. A possibilidade de uma maior e melhor organização da sociedade civil cabo-verdiana, só ganhou uma tenção diferente com a criação da Constituição da República de Cabo Verde de 1980, legislando de forma mais específica sobre as suas liberdades e garantias, como se pode observar nas seguintes leis:

Artigo 7º

“1. O Estado apoia e protege as organizações de massa e as outras organizações sociais reconhecidas por lei que, organizadas em torno de interesses específicos, enquadram e fomentam a iniciativa popular e asseguram a ampla participação das massas na reconstrução nacional”.

“2. O Estado, na sua ação, apoia-se nas organizações de massa e outras organizações sociais às quais poderá transferir determinadas atividades que elas aceitem assumir”.

“3. O Estado cria condições para o desenvolvimento da base material das organizações de massa e outras organizações sociais e protege o seu património”, (Silva, 2010, p. 48).

Artigo 46º

“1. Todo o cidadão tem o direito e o dever de participar na vida política, económica e cultural do país, nos termos da lei”, (Silva, 2010, p. 56).

Artigo 47º

“A liberdade de expressão do pensamento, de reunião, de associação, de manifestação assim como a liberdade de ter religião, são garantidas nas condições previstas na lei.” (Silva, 2010, p. 56)

Foi, somente, depois da abertura política e com a revisão da Constituição em 1992, onde o artigo 4º deixa de existir, que se deu de fato uma maior atenção aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. O que possibilitou, de certo modo, que se pudesse ter uma sociedade civil mais atuante e menos atrelada aos partidos políticos, contribuindo, dessa forma, para o fortalecimento da sociedade civil.

Como se pode observar pelas seguintes leis da Constituição da República de 2010,

Artigo 48º

(Liberdades de expressão e de informação)

“1. Todos têm a liberdade de exprimir e de divulgar as suas ideias pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, ninguém podendo ser inquietado pelas suas opiniões políticas, filosóficas, religiosas ou outras”, (CV, Novembro de 2012, p. 51)

Artigo 53º

(Liberdade de reunião e de manifestação)

“1. Os cidadãos têm o direito de se reunir, pacificamente e sem armas, mesmo em lugares abertos ao público, sem necessidade de qualquer autorização”.

“2. A todos os cidadãos é reconhecido o direito de manifestação”.

“3. A reunião, quando ocorra em lugares abertos ao público, e a manifestação devem ser comunicadas previamente às autoridades competentes, nos termos da lei.” (CV, Novembro de 2012, p. 53)

Artigo 55º

(Participação na vida pública)

“1. Todos os cidadãos têm o direito de participar na vida política diretamente e através de representantes livremente eleitos”, (CV, Novembro de 2012, p. 54)

Essas leis salvaguardam os direitos da sociedade civil de se organizar e poderem contribuir em todos os aspetos da sociedade cabo-verdiana.

Dias afirma, serem os princípios fundamentais dos sistemas democráticos - a oportunidade de participação na tomada de decisões e o exercício da cidadania.

CAPÍTULO III: OS MOVIMENTOS CÍVICO-SOCIAIS E A CIDADANIA

3.1 Os movimentos sociais como vetores do exercício de cidadania

Nem só de partidos pode ser feita a democracia. Há grupos independentes, interações ideológicas organizadas, que surgem no espaço político e social, para, também, dar contribuições na consolidação da democracia.

Movimentos sociais é outra expressão, que segundo Fernandes, recorrente para descrever a participação do cidadão. Tem sido empregada com uma categoria ampla no discurso político desde a década de 70, principalmente na Europa, na América Latina e na Ásia. De acordo com o mesmo, o termo “movimentos” é usado por causa da natureza instável dos grupos. E o termo “sociais” em função do tipo de questões envolvidas, bem como da distância que, em geral, se mantém do Estado. Os movimentos sociais fornecem uma estrutura para a afirmação dos direitos legais e morais por parte de indivíduos independentes. Contribuem, neste sentido, para a assimilação das noções modernas de autonomia nos mais diversos contextos, (Fernandes, 1995, p. 346/347).

Recentemente, tem vindo a ganhar relevo movimentos sociais, como formas alternativas de expressão da sociedade civil, que se mobilizam em torno de um assunto concreto, tendo em vista influenciar o debate político, (Correia, 2007, p. 130).

R.C.Fernandes faz uma distinção clara entre movimentos sociais e associações, acrescentando que, apesar de existir alguns pontos em comum, existe, também, algumas diferenças, uma vez que os movimentos sociais não estão, fortemente, circunscritos e movem-se em ondas de participação voluntária do momento. Ao contrário das associações, a tendência dos movimentos sociais tem sido ressaltar uma identidade coletiva, instigando as demandas e afirmando os direitos de indivíduos, coletivamente definidos. Ao incentivar reivindicações coletivas em torno de questões contraditórias, os movimentos sociais apresentam-se como um teste crucial à capacidade de negociação dentro das transições democráticas. Em suma, o autor atesta que os movimentos dão voz às reivindicações da cidadania por toda a parte, mas não no mesmo

ritmo, ou seja, dão forma a uma composição mundial altamente “assincrônica”²³, (Fernandes, 1995, p. 347).

Na perspectiva de Baggio (2017),

Cidadãos engajados e “apaixonados” podem encontrar a ponte entre os problemas sociais e as soluções. As comunidades, empresas e governos podem realmente criar um ambiente para mudança social²⁴.

Tal como se referiu na definição de governança, são esses os agentes da governança, a comunidade ou a sociedade civil, as empresas, o governo, que são detentores dos meios capazes de produzirem resultados eficazes, que podem, de fato, criar condições para a mudança social. Uma sociedade dinâmica influencia a implementação de políticas públicas.

No que resume a realidade cabo-verdiana, pelo meio das informações coletadas das entrevistas, referente a questão se o dinamismo da sociedade civil tem ou não influência na implementação das políticas públicas de um país, corrobora-se que, todas estão de acordo que o dinamismo de uma sociedade influencia a implementação das políticas públicas, pois a implementação das políticas públicas está relacionada com as exigências das sociedades. Contudo essa questão de influência, ainda não é observada em Cabo Verde de forma muito espresiva e abrangente, uma vez que o exercício da cidadania ativa ainda é insípida no seio da sociedade cabo-verdiana. E que, por isso, é evidente que, ainda não temos nenhuma intervenção na implementação de política pública de forma mais assídua. A única intervenção que tivemos foi a quando da aprovação do novo estatuto dos titulares dos cargos políticos em 2015, onde o povo saiu nas ruas, demonstrando o seu descontentamento e de imediato foi vetado pelo Presidente da República Jorge Carlos Fonseca. Isto demonstra que se os cidadãos se esforçarem mais, se forem mais ativos pode influenciar a implementação das políticas públicas.

Juntos, uma nação pode ditar as regras de um país, mas, para isso, é imprescindível ter um conhecimento prévio de alguns fatores como a legislação, as propostas políticas, a situação

²³ Falta de sincronia e de simultaneidade.

²⁴ (Baggio, 2017)

económica, entre outros aspectos, que podem indicar qual o rumo que a governança deveria seguir por forma a obter resultados satisfatórios.

De uma forma geral, ter conhecimento de antemão de qualquer situação, é condição incontestável para uma intervenção ponderada e, com certeza, se encontrará soluções.

Muitos foram os movimentos que surgiram antes e depois da independência e da instauração do regime democrático, que, em muito têm contribuído para o reforço desse sistema político em Cabo Verde, entretanto alguns com pouco tempo de vida derivado de inúmeros fatores.

Correia, citando Putnam, afirma que alguns dos movimentos sociais se desmobilizam porque não contribuem para a promoção do capital social, (Correia, 2007, p. 130).

Ferreira et ali (2018) argumenta que:

Os movimentos cívicos são formados por cidadãos de quem se espera que, independente de eventuais ligações partidárias, consigam separar as águas, sob pena de contaminação e enfraquecimento do próprio movimento. Esses movimentos são também barómetros da vitalidade da sociedade civil²⁵.

Um número cada vez maior, de acordo com Baggio (2017), de novas tecnologias está disponível para assegurar mais participação de cidadãos na vida pública. Os indivíduos estão se apropriando cada vez mais desses novos recursos para a edificação de um diálogo focado na resolução de problemas coletivos pela colaboração.

Em Cabo Verde, há um número cada vez mais crescente do uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC).

De acordo com as informações coletadas da aplicação dos inquéritos, podemos constatar, em relação a questão sobre através de que meios a população tem participado no desenvolvimento de Cabo Verde, 32% dos inquiridos responderam que essa participação tem sido feita, principalmente, pelas redes sociais, ferramenta que ultrapassa as fronteiras, transformando o mundo numa aldeia global.

²⁵ (Ferreira & Fortes, 2018)

E isso demonstra que, em Cabo Verde, já há alguma prevalência do uso das novas ferramentas de divulgação de informações como meios capazes de influenciar e divulgar pontos de vistas, sobre assuntos relacionados com o bem-estar social, isto é, o desenvolvimento.

Em Cabo Verde, parece ser consensual, do ponto de vista político, que o reforço e a consolidação das instituições e dos valores democráticos são a via, primordial para garantir a estabilidade política necessária em busca do desenvolvimento.

Entretanto Dias (2001) chama á atenção pelo facto de que a garantia de bom governo não se reduz a simples presença da democracia, mesmo que a legitimidade de um governo é importante e necessária, ela não constitui condição suficiente do seu sucesso. Os governos têm que agir eficientemente, (Dias, 2001, pp. 194-195).

Para o sociólogo Mário Matos, (cit in Dias 200), em Cabo Verde:

Ao mesmo tempo que se pode falar de uma sociedade civil politicamente apática e pouco ou quase nada interventora, afora a participação eleitoral, assiste-se paradoxalmente, a um rumor crescente que vem do rés-do chão da sociedade, corporizado nas largas dezenas de associações de camponeses, que nascem em todas as ribeiras deste pais de chuva madrastra, na pujança que o movimento sindical vai conquistando na organização de corpos sociais importantes, nas múltiplas associações orientadas para a defesa dos interesses de “categorias sociais” específicas (crianças e adolescentes, idosos...), nas associações com base comunitárias orientadas para o desenvolvimento local, ficando a lista longe de ser esgotada.

Há, portanto, um relativo estoque de capital social ²⁶, cujo aproveitamento pode ser profícuo em termos de promoção do desenvolvimento²⁷

Dias afirma que:

As perspectivas de promoção do desenvolvimento em Cabo Verde se apresentam boas não somente no que se refere a auto-organização da sociedade civil mas também nas possibilidades de ação em concertação e em complementaridade entre o estado e a sociedade civil organizada. O engajamento da sociedade civil, a título de exemplo nas associações comunitárias ou em

²⁶ Capital social aqui entendido, segundo Putnam como aspetos da vida social, redes de relações sociais, normas e confiança que levam os participantes a agir juntos, com maior eficiência na busca de objetivos partilhados (Dias, 2001, p. 192).

²⁷ (Dias, 2001, pp. 196-197)

associações recreativo-culturais são campos férteis onde a ação concertada entre o estado e a sociedade civil pode ser frutífera²⁸

A promoção do desenvolvimento humano e a democracia são conceitos interligados. A promoção do desenvolvimento humano envolve um dos princípios fundamentais dos sistemas democráticos – que é a oportunidade dos indivíduos de tomarem parte nas decisões políticas, e por outro lado, constitui um ato de cidadania, (Dias, 2001, p. 197).

3.2 Os movimentos cívicos existentes em Cabo Verde de 1991 á 2016.

3.2.1 Exemplos de alguns movimentos que marcaram a sociedade cabo-verdiana (1991-2016)

Procura-se, neste ponto, enumerar alguns dos movimentos cívicos que existiram em Cabo Verde, e influenciaram a dinâmica social. Neste ponto não cabe ao autor descrever todos os movimentos cívicos-sociais que marcaram a história de São Vicente, mas os que tiveram mais mediatização.

Os movimentos cívicos estabelecem novos canais de comunicação dos indivíduos com a sociedade civil e o Estado.

No período antes da abertura política existia algumas vozes que eram contra o regime de partido único.

Por exemplo, o Grupo Revolucionário de Intervenção Socialista (GRIS) foi um grupo formado por opositores partidários e muitos dos ex-militantes do Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em Portugal, que tinha como pretensões o fim do regime de partido único, a realização de eleições livres e a democratização do país, (Perreira, 2013, p. 65).

Outro grupo de oposição ao regime implementado em Cabo Verde foi o Círculo Cabo-verdiano para a Democracia (CCPD), que segundo Ludmila (2013), esse movimento se espalhou entre os estudantes cabo-verdianos em Lisboa e chegaram a realizar algumas ações clandestinas em Cabo Verde, (Perreira, 2013, p. 66).

²⁸ (Ibidem, 2001, p. 197).

António Caldeira Marques, ex-militante do PAIGC e outros opositores criaram, em 1981, a Liga Cabo-verdiana dos Direitos Humanos, um outro grupo de oposição ao regime, que denunciava episódios de maus-tratos em Cabo Verde.

E em 1983, o mesmo opositor juntou alguns companheiros para formar a Frente Ampla de Cabo Verde (FAC), com o objetivo de reunir toda a oposição proveniente do PAIGC, (Perreira, 2013, p. 66).

Outra fonte de oposição ao Partido no poder em Cabo Verde, foi a União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID), fundada a 13 de Maio de 1978, no seio da comunidade cabo-verdiana emigrada na Holanda.

Na clandestinidade, durante os finais dos anos setenta e nos anos oitenta, a UCID desenvolveu algumas ações políticas contra o governo de Cabo Verde que lhe permitiu uma certa visibilidade. Fez algumas denúncias junto de algumas organizações internacionais, nomeadamente a Amnistia Internacional e a Cruz Vermelha Internacional, em Genebra, da situação dos presos da reforma agrária, iniciada no dia 31 de Agosto de 1981, em Ribeira Grande, Ilha de Santo Antão. Também organizou manifestações em algumas capitais europeias (Haia, Lisboa, Paris) e nos Estados Unidos da América, visando a libertação dos presos da reforma agrária, (Ramos, 2012, pp. 70 -71).

Um outro Grupo que teve uma influência no processo de oposição ao governo e aos dirigentes do PAICV foi o grupo conhecido como Trotskistas, defensores da corrente fraccionista do Trotskismo. Essa corrente teve entrada em Cabo Verde através dos estudantes cabo-verdianos que se encontravam em Portugal. Segundo Lopes (2002), esses estudantes passaram a controlar a vinda dos ativistas do PAIGC a Cabo Verde, dando primazia aos que se encontravam ligados ao grupo. Esses, por sua vez passavam a ocupar lugares estratégicos dentro do partido, bem como nas Forças Armadas, (Lopes, 2002, pp. 544-546).

Muitos foram os movimentos que se manifestaram contra o regime de partido único que, de certo modo impulsionaram o advento da democracia no ano de 1991. A queda do artigo 4º da constituição, que restringia o aparecimento de outras forças políticas, possibilitou, por um lado, a criação de novas forças políticas e, por outro, a liberdade de expressão dos cidadãos e consequentemente, uma maior participação na política.

Charles Tilly afirma que,

Se os movimentos sociais começarem a desaparecer, seu desaparecimento será um indicativo de estar chegando ao fim um importante veículo de participação das pessoas na política. A ascensão

e a queda dos movimentos sociais marcam a expansão e a contração das oportunidades democráticas²⁹.

De acordo com o mesmo, os movimentos sociais refletem uma síntese de três elementos:

- 3 Um esforço público sustentado de elaboração de reivindicações coletivas direcionadas a determinadas autoridades (esforço que pode ser chamado de *campanha*);
- 4 O emprego de combinações dentre as seguintes formas de ação política: criação de associações e coalizões para finalidades específicas, reuniões públicas, desfiles solenes, vigílias, comícios, demonstrações, iniciativas reivindicatórias, declarações para e nos meios de comunicação de massa, e panfletagem (esse conjunto variável de atividades pode ser chamado de *repertório dos movimentos sociais*);
- 5 Representações públicas concertadas de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento) por parte dos participantes: demonstrações de valor [*worthiness*], de unidade, de números e de comprometimento por parte dos participantes e/ou de seus partidários (*demonstrações de VUNC*), (Tilly, 2010, pp. 136-137).

De 1991 a 2016, foram alguns os movimentos que emergiram da sociedade cabo-verdiana, nomeadamente na ilha de São Vicente.

Veremos, neste ponto, se muitos dos movimentos que emergiram da sociedade civil cabo-verdiana se configuram como movimentos cívicos de acordo com a caracterização sugerida por Tilly.

i. Corda Monte Cara

A associação cívica Corda Monte Cara surgiu no ano de 2010, que de acordo com Milanka Vera Cruz, uma das fundadoras dessa associação (cit in Ferreira & Fortes 2018), essa associação surgiu através de um grupo de amigos, na troca de conversa nas redes sociais. Ou seja, cidadãos que chegaram à conclusão de que deveriam criar um movimento cívico com o objetivo de lutar

²⁹ (Tilly, 2010, p. 137)

pelo desenvolvimento, estabilidade e segurança na ilha do Monte Cara (Ferreira & Fortes, 2018).

Essa associação cívica fez algumas reivindicações, como exemplo a falta de segurança, a falta de investimentos, ausência de políticas ambientais e de infraestruturas desportivas, entre outros aspetos.

Esta vasta gama de reivindicações, segundo Tilly constitui a primeira característica de um movimento cívico, por ele denominado de campanha. Isto é um esforço público sustentado pela elaboração de reivindicações coletivas.

Esse movimento, também foi mentora de um conjunto variável de atividades, por exemplo, manifestações de rua, declarações para e nos meios de comunicação de massa, que de acordo com Tilly é a segunda característica, intitulado de repertório.

O facto de ter surgido por iniciativa de um grupo de amigos preocupados com a situação de abandono da ilha de São Vicente, e atuando através de manifestações de rua, constitui a terceira e uma última característica que Tilly chama de *demonstrações de VUNC*.

E assim sendo, esse movimento reúne todas as condições que Tilly considera de extrema importância para ser considerado um movimento cívico.

Entretanto, depois de algumas aparições e atividades públicas, segundo Ferreira & Fortes (2018), o grupo sai de cena. De acordo com Milanka Vera-Cruz, a mentora do grupo, esse sair de cena justifica-se pela alegada falta de consciência cívica que ainda perdura na sociedade cabo-verdiana, (Ferreira & Fortes, 2018).

ii. Movimento a Favor do Sossego nas Residências

Esse movimento surgiu nos anos 90, reivindicando o direito ao descanso.

Antónia Mosso é quem tem dado a cara pelos cidadãos que querem cidades menos ruidosas. Afirmo que o objetivo do grupo é lutar pela diminuição da poluição sonora. E tem vindo, desde há muito tempo, denunciando situações de perturbação do direito de descansar, em todas às entidades oficiais do país. Em forma de abaixo-assinados, de queixas aos Eleitos da Nação, à Comissão Nacional dos Direitos Humanos e da Cidadania, à Procuradoria da República, encontros com a Polícia Nacional, com o Presidente da Câmara Municipal de São Vicente, com o Presidente da República, mas sem muito sucesso.

Sobre a lei de poluição sonora³⁰ aprovada em 2013, Antónia Mosso cit in (Ferreira & Fortes, 2018) afirma que foi realizada vários encontros com entidades fiscalizadoras da lei, tendo identificado as principais fontes de poluição sonora e apresentadas propostas para a redução dos níveis de ruídos.

Mosso defende que o sossego, a saúde e o bem-estar das pessoas nas residências para além de serem direitos fundamentais do cidadão, devem ser prioridades dos vários poderes públicos.

O facto de esse grupo reunir os seus esforços em torno de uma melhor fiscalização do cumprimento da lei da poluição sonora, por parte da Policia Nacional, reivindicando a diminuição da poluição sonora, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos nas suas residências, constitui a primeira característica intitulada de campanha que, Tilly propõem para considerar qualquer movimento como sendo um movimento cívico.

O repertório, desse movimento confina-se na distribuição de panfletos e nas declarações nos meios de comunicação de massa. No que refere à terceira característica, demonstração de VUNC, o Movimento a Favor do Sossego nas Residências possui um carácter restrito, o facto da sua forma de atuação não englobar manifestações não se pode afirmar que possui essa característica. Assim sendo, não poderá ser considerado um movimento cívico.

iii. Mac 114#

De acordo com Ferreira & Fortes (2018) a internet tem servido de berço para movimentos que rapidamente procuram chegar às ruas. As discussões e a partilha de pontos de vista e interesses comuns, episódicas ou estruturais, servem de catalisador.

O MAC#114, Movimento de Ação Cívica, tal como os outros movimentos cívicos que têm emergido da sociedade civil, têm o cordão umbilical nas redes sociais (facebook).

Pois surgiu de uma troca de ideias na internet, entre um grupo de jovens da cidade da Praia com problemas e preocupações comuns.

³⁰ I SÉRIE — NO 37 «B. O.» DA REPÚBLICA DE CABO VERDE — 24 DE JULHO DE 2013 (Nacional, 2013).

Segundo Ferreira & Fortes (2018) o MAC surgiu de um desses episódios capazes de congregar vontades numa mesma direção: a rejeição ao Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos (ETCP) em 2015.

Rony Moreira deu a cara a esse grupo de jovens que demonstraram um profundo descontentamento em relação ao diploma. A 30 de Março de 2015 promoveu uma manifestação que rapidamente moveu os cabo-verdianos, tanto os internos como os da diáspora em volta dessa questão. (Ferreira & Fortes, 2018)

A primeira aparição pública desse movimento aconteceu no dia 20 de Janeiro em frente ao memorial de Amílcar Cabral, na cidade da Praia, ilha de Santiago, com um protesto no dia dos heróis nacionais, embora [a verdadeira e única] grande mobilização aconteceu no dia 30 de Março a quando da contestação do diploma ETCP.

Numa entrevista dada à Revista Lusa, Rony Moreira afirma que uma democracia mais participativa, não só ao nível partidário, poderia resolver muito dos problemas da sociedade cabo-verdiana. Antecipou que se não houver uma mudança de atitude e se as pessoas não começarem a exigir responsabilidades da parte dos gestores políticos, o país poderá sofrer grandes problemas, que colocará o país à beira da ruína, (Noticias, 2016).

Esse movimento, seguindo as características indicadas por Tilly, para identificar se se trata de um movimento cívico ou não, possuía uma campanha, uma vez que tinha um alvo específico que era os Titulares de Cargos Políticos, fazia as suas reivindicações em torno da não aprovação do ETCP.

A segunda característica, que refere à forma de ação ou o repertório, esse grupo baseou-se em comunicações para e nos meios de comunicação de massa e em manifestações de rua. Em relação à terceira característica, a demonstração de VUNC por parte dos participantes, o MAC#114, embora não tivesse uma organização ampla, inicialmente formada por um grupo de 12 jovens, com a sua forma de atuar através de manifestações conseguiu trazer mais adeptos, com o mesmo propósito de reivindicações. Pode dizer-se que esse movimento possuía demonstração de VUNC, e se configurava como um movimento cívico.

3.3 A dinâmica social e o ciclo de vida dos movimentos sociais em Cabo Verde

A evolução do capital social, manifesta-se na capacidade auto-organizava da sociedade e das relações de complementaridade Estado e Sociedade civil, no sentido da promoção do desenvolvimento, não esta imune a perigos.

De acordo com Mário Matos (cit in Dias, 2001, p. 198):

A interferência dos partidos políticos na formação de associações e a sua consequente politização constituem freios importantes a dinâmica de formação ou evolução do capital social e pelo fato de as opções político-partidárias serem fatores potenciais de clivagem social.

Um outro fator que pode agir negativamente em matéria da evolução do capital social é o comportamento dos governantes locais ou centrais de não se mostrarem pré-dispostos a promover a relação de complementaridade acima referido. A frustração em relação ao comportamento das instituições públicas, dos serviços públicos e dos governantes podem desincentivar o espírito de acção coletiva manifestada pelos cidadãos. O descrédito de governantes e de suas instituições gera um maior distanciamento Estado-Cidadão³¹.

Precisamente, na ilha de São Vicente algumas dezenas de movimentos cívicos têm surgido, mas muitos acabaram por ter um ciclo de vida muito curto. Isso devido a inúmeros fatores, além dos indicados por Mário Matos (cit in Dias, 2001).

Antónia Mosso (cit in Ferreira & Fortes, 2018) aponta também alguns fatores que podem ser considerados como freios da dinâmica social, como a falta de cultura democrática por parte dos cabo-verdianos.

“Sempre tivemos uma postura de observadores dos acontecimentos, do que atores e isso foi inculcado desde lá atrás, na nossa educação. Não fomos educados no sentido de participarmos ativamente para mudar alguma coisa. Pelo contrário fomos socializados no sentido de não nos metermos em confusão”³².

Milanka Vera-Cruz, uma outra ativista social, fundadora do Corda Monte Cara, constata que é necessário uma mudança de mentalidade, e sublinha, também, a falta de consciência coletiva

³¹ (Dias, 2001, p. 198).

³² Antonia Mosso cit in (Ferreira & Fortes, 2018)

na sociedade cabo-verdiana como um dos fatores que condiciona a dinâmica social, (Ferreira & Fortes, 2018).

A antropóloga Celeste Fortes (cit in Ferreira & Fortes, 2018) subscreve a ideia de que a efemeridade dos movimentos sociais está diretamente relacionada com a falta de uma cultura de cidadania e a mentalidade de que a resolução dos problemas cabe ao governo. Uma cidadania pouco ativa e uma relação complexa entre Estado e cidadão.

A mesma, sustenta que a sociedade cabo-verdiana tem uma cultura assistencialista...e esse assistencialismo tira-os algum poder, enquanto sociedade civil.

A dinâmica da sociedade civil, de acordo com as informações recolhidas ao longo da realização do projeto, sente-se pela pujança da sociedade. Ou seja, pela participação dos cidadãos na vida social e, aqui, os movimentos cívico-sociais entendidos como encontro de pessoas, que lutam pelo mesmo objetivo, ainda, não é uma realidade muito observada na sociedade cabo-verdiana.

Analisando as respostas das entrevistadas, podemos constatar que, segundo a entrevistada número 1, a sociedade cabo-verdiana não é de todo ativa, difere de ilha para ilha e de acordo com a situação, mas tem dado passos significativos para a mudança de paradigma, ou seja, para sair da passividade. O pulsar de uma sociedade sente-se pelo seu dinamismo. A passividade da sociedade, aqui, é indicada como um dos condicionalismos da dinâmica social.

A entrevistada número 2, afirma que não há nenhum governo, nenhum partido que consiga fazer as coisas por si só, sem o engajamento das populações. Mas a população poderia fazer mais e melhor. No fundo, cada um é responsável pela sua existência, mas, em democracia elege-se os representantes nos quais delega-se o poder de conduzir o processo de governança e, assim sendo, os cidadãos têm que fiscalizar as ações dos seus representantes.

Uma vez que os indivíduos são os afetados pelas ações dos governantes, deveriam exercer uma posição diferente e, fiscalizar as suas ações. Assim a falta de fiscalização das ações dos governantes é indicado segundo a nossa entrevistada nº2 como um dos condicionalismos da dinâmica social.

A entrevistada número 3, é de opinião que a sociedade civil cabo-verdiana já foi mais passiva mas, ultimamente, está a tornar-se mais ativa, com um dinamismo diferente da de outrora. Mas é necessário o “despertar” da população e não ficar acomodada perante algumas situações. A

massa crítica não pode ser egocêntrica, ou seja, pensar só em si, mas tem que pensar no país como um todo.

A nossa entrevistada indica a falta de consciência crítica, a acomodação e o egocentrismo como um dos entraves ao desenvolvimento. E, conseqüentemente, um freio da dinâmica social

A entrevistada número 4 coloca a tónica na fraca intervenção cívica, como um dos condicionalismos da dinâmica social. Afirma que é urgente estimular a cidadania, porque há de fato situações muito graves que acontecem, como exemplo, há problemas em relação à educação, à saúde, com a ecologia que condicionam o desenvolvimento e mereciam uma atenção ou postura diferente, por parte dos cidadãos cabo-verdianos.

A fraca intervenção cívica, segundo a entrevistada número 4, deriva de alguns fatores. A título de exemplo, a pobreza que, ainda, atinge uma vasta percentagem dos cabo-verdianos. E quando as pessoas estão preocupadas com a alimentação, habitação, ou com a satisfação das necessidades básicas, não vão ter como se preocuparem com questões ecológicas, ou com uma participação mais ativa na sociedade. Por isso, é necessário garantir primeiro a satisfação das necessidades básicas para que, assim, a população possa ter tempo para pensar em formas de participar mais, ativamente, na sociedade.

Todos esses fatores, acima indicados, condicionam o exercício da cidadania como vetor de desenvolvimento e, de forma direta, o ciclo de vida dos movimentos cívico-sociais, que são o pulsar da dinâmica social.

CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DO ESTUDO DE CASO

4.1 Metodologia

Falar de metodologia no contexto de uma monografia é fundamentalmente referir ao tipo de estudo levado a cabo, as técnicas utilizadas para a obtenção dos dados e os métodos utilizados ao nível da exploração.

Não há consenso entre os metodólogos a respeito da classificação dos tipos de pesquisa e das técnicas de pesquisa. Nenhuma classificação pode ser tomada como absolutamente rígida, considerando que algumas pesquisas, em função de suas características, não são facilmente enquadráveis num ou noutro modelo.

Uma forma possível de classificar as pesquisas é ao nível dos objetivos e neste sentido pode ser exploratória, descritiva e explicativa.

A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito, podendo envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema a ser pesquisado. Normalmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso. A pesquisa descritiva tem como objetivo principal, descrever as características de determinadas populações ou fenómenos. Já a pesquisa explicativa tem como preocupação principal, identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de determinados fenómenos. É um tipo de pesquisa que busca aprofundar o conhecimento da realidade, explica as razões e porquês das coisas.

Deste ponto de vista, ao longo do nosso trabalho a parte exploratória é observável na pesquisa bibliográfica efetuada. A vertente descritiva está presente na descrição das nossas opções em termos de enquadramento teórico. O lado explicativo está presente na forma como analisamos os dados recolhidos e efetuamos o cruzamento com os objetivos, as hipóteses, e finalmente apontamos resultados e caminhos ao longo da conclusão.

Outra forma de caracterizar as pesquisas é ao nível da sua abordagem e nesta ótica pode ser qualitativa ou quantitativa.

Uma abordagem qualitativa contempla sobretudo a compreensão e a descoberta dos fenómenos e privilegia a indução.

Já uma abordagem quantitativa destaca a existência de um problema e hipóteses definidos *a priori* e testados posteriormente, o que se constata no nosso trabalho, com o recurso a um questionário e também a aplicação de entrevistas semi-estruturadas.

No tocante a recolha de informações foram realizadas 100 inquéritos sem grandes preocupações em termos de representatividade estatística. Alguns aspetos foram acautelados, nomeadamente uma igual distribuição por género. O critério que presidiu a elaboração das perguntas foi tentar saber aspetos presentes nos objetivos e nas hipóteses.

Questionário é uma das técnicas de recolha de informações que podem revestir a forma de um inquérito, um conjunto de perguntas abertas ou fechadas direcionadas a uma amostra da população total com o fim último de obter informações pertinentes tendo em conta objetivos previamente elaboradas. No caso do nosso trabalho o âmago do questionário foi constituído por 14 perguntas, algumas fechadas e outras abertas, tendo em conta os objetivos do trabalho.

Devemos ressaltar que no momento da aplicação do questionário no terreno deparamos com algumas dificuldades, principalmente em encontrar pessoas dispostas a responderem às questões colocadas. Falta ainda na consciência do cabo-verdiano, nomeadamente em São Vicente um sentido de “amadurecimento”, de uma postura diferente em relação a questionários, não ter receio de responder.

Como meio de tratamento das informações recolhidas, para os dados dos inquéritos, utilizou-se o SPSS, que é um *software* de análise estatística de dados que conta com um leque variado de ferramentas essenciais para cada etapa do processo analítico.

A entrevista é um dos outros instrumentos de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos com varias pessoas selecionadas cuidadosamente, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objetivos da recolha de informações. Consta no nosso trabalho a realização de entrevistas semi-estruturadas e dirigidas a um número restrito de quatro mulheres cuidadosamente selecionadas e que desempenham funções relevantes na sociedade cabo-verdiana.

Nas entrevistas foi utilizado um guião semi-estruturado utilizando perguntas, onde as entrevistadas puderam expor as suas ideias e as suas convicções pessoais sobre os temas

abordados, entrevistas essas que decorreram num ambiente informal e com uma duração médias de trinta minutos.

Como forma de interpretação dos dados foi utilizada o método de análise de conteúdo.

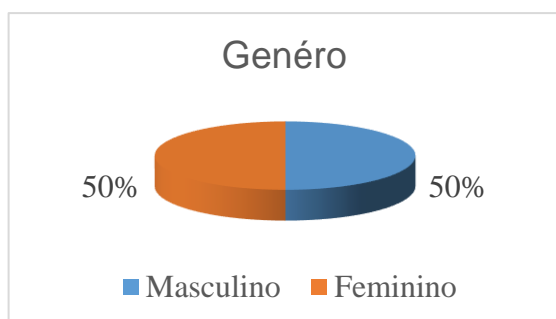
As respostas das questões foram enquadradas ao longo do estudo de caso, reforçando dessa forma as pesquisas bibliográficas realizadas.

As pessoas foram entrevistadas em São Vicente, de forma a facilitar a recolha das informações e reduzir os custos dos trabalhos de terreno, de ressaltar também as muitas dificuldades encontradas no espeto do levantamento de informação dado a carência de livros e outros documentos que abordassem o tema em estudo, principalmente no que tange a realidade cabo-verdiana, e também algum grau de dificuldade em encontrar pessoas disponíveis.

4.2 Análise de dados

Foram aplicados 100 questionários na ilha de São Vicente, com o intuito de captar opiniões em relação ao contributo da Cidadania para o Desenvolvimento de Cabo Verde e, também, do papel das Mulheres nesse desenvolvimento. No que diz respeito ao género dos inquiridos, constatamos que, tanto o masculino bem como o feminino estão representados com a mesma percentagem, ou seja, 50 representam o género feminino e os outros 50 representam o género masculino.

Gráfico 1 - Género

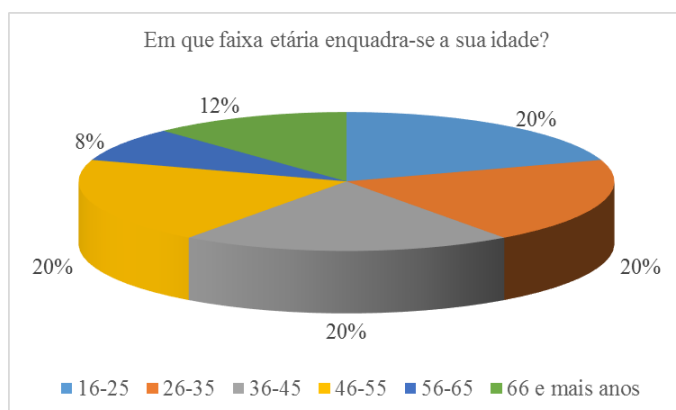


Fonte tabela nº 1

Em relação à idade dos nossos inquiridos podemos constatar que as faixas etárias de 16-25, 26-35, 36-45 e 46-55 têm todas a mesma percentagem sobre o total da amostra, enquanto as faixas

de 56-65 tem um peso de 8% sobre o total da amostra e, sendo assim é a menos representada na amostra. E no que se refere a faixa etária de 66 e mais anos, representam 12%, no total dos 100 inquiridos.

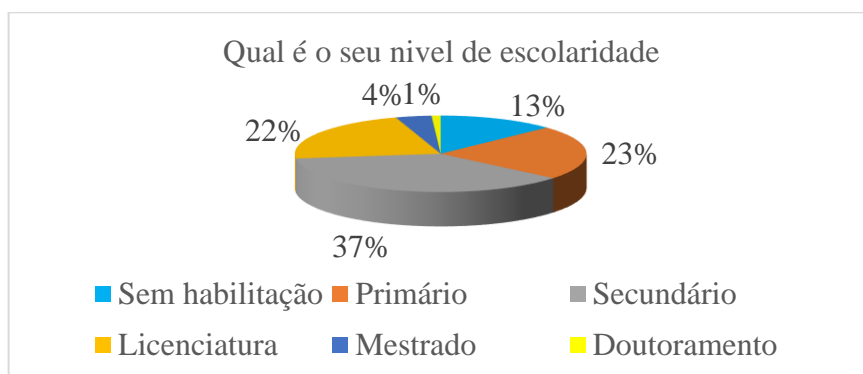
GRÁFICO 2 - EM QUE FAIXA ETÁRIA SE ENQUADRA A SUA IDADE



Fonte: Tabela nº 2

A nível da escolaridade, constata-se que a maioria dos inquiridos possuem um nível secundário, representando assim 32% do total da amostra, seguido do nível de ensino primário, com 23%, depois o da licenciatura, com 22%. Seguidamente vem os inquiridos que não possuem nenhum tipo de habilitações literárias, com 13%. Os inquiridos que possuem um mestrado representam 4% e, por último, os que possuem doutoramento representam 1% no total dos inquiridos.

Gráfico 3 - Qual é o seu nível de Escolaridade

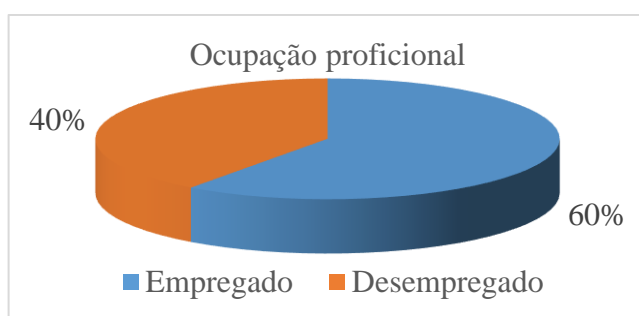


Fonte: Tabela 3

Questionados sobre a sua ocupação profissional, a maioria respondeu que se encontram desempregados, somando desta forma 60% sobre a amostra, enquanto a fatia que representa os inquiridos, que estão em situação de emprego é de 40%.

Essa situação de desemprego que ocupa a maior fatia, não é vigente, somente na ilha de São Vicente, mas, um pouco por todo o arquipélago é vivenciada, embora, segundo os últimos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a maior taxa de desemprego está mais concentrada na ilha de São Vicente. Isso deve-se á falta de investimento na ilha, em particular e, de modo geral, a própria conjuntura internacional que tem vindo a sofrer alguns desequilíbrios que condicionaram o investimento direto do estrangeiro.

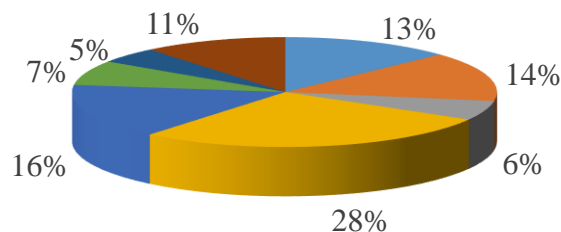
Gráfico 4 - Ocupação profissional



Fonte: Tabela nº 4

Gráfico 5 - Quais são os fatores internos que contribuíram para o desenvolvimento de Cabo Verde?

Quais são os fatores internos que contribuíram para o desenvolvimento de Cabo Verde ?



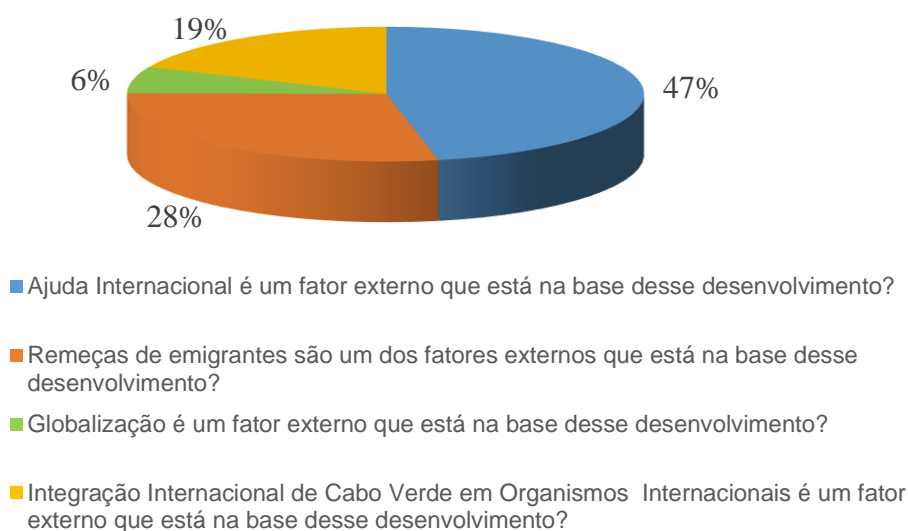
- Participação cívica dos cidadãos é um fator interno que contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde ?
- Boa Governação é um fator interno que contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde?
- Posicionamento Geoestratégico é um fator interno que contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde?
- Nível de instrução da população é um fator interno que contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde?
- Democracia é um fator interno que contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde?
- Estado de Direito é um fator interno que contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde?
- Circulação de Informações é um fator interno que contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde?
- Infraestruturas de apoio a divulgação de Informação é um fator interno que contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde?

Fonte: Tabela nº 5

Ao questionar os cidadãos que fizeram parte da nossa amostra, sobre quais os fatores internos que possibilitaram o desenvolvimento de Cabo Verde, 27% responderam que graças ao nível, cada vez mais crescente, de instrução da população Cabo Verde tem vindo a desenvolver-se, 16% responderam que o regime democrático adotado por Cabo Verde, após a independência é, também, um dos fatores internos que tem possibilitado o seu desenvolvimento, 14% afirmaram que a boa governação, também, tem contribuído para o desenvolvimento de Cabo Verde, 13% dos inquiridos apontaram a participação cívica dos cidadãos como um dos outros fatores internos que tem interferido, de forma positiva, no desenvolvimento de Cabo Verde, 10% dos inquiridos apontaram a existência de infraestrutura de apoio na divulgação de informação, como um dos fatores internos de elevado valor no desenvolvimento de Cabo Verde, 7% afirmaram que um outro fator interno, que tem contribuído para o desenvolvimento de Cabo Verde, é o fato de Cabo Verde ser um Estado de direito, 5% apontaram o posicionamento geoestratégico de Cabo Verde, como um fator interno que tem servido de catalisador de recursos indispensáveis ao desenvolvimento de Cabo Verde e, por fim, com uma percentagem de 4% encontra-se enumerada a circulação de informações como um fator que, também, tem dado o seu contributo no desenvolvimento de Cabo Verde.

Gráfico 6 - Quais são os fatores externos que contribuíram para o desenvolvimento de Cabo Verde

Quais são os fatores externos que contribuíram para o desenvolvimento de Cabo Verde ?



Fonte: Tabela nº 6

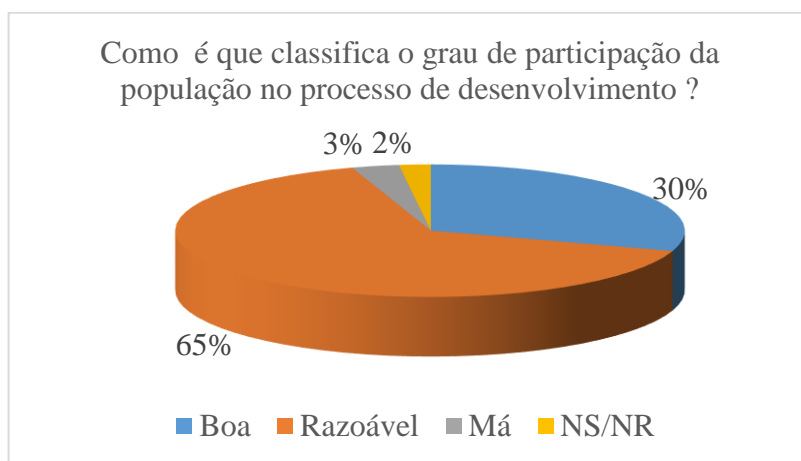
Quisemos saber a opinião dos São-vicentinos sobre quais os fatores externos que contribuíram para o desenvolvimento de Cabo Verde 47% que representa a maior percentagem ilustrada no gráfico apontaram para as ajudas internacionais como um dos fatores externos que mais contribuíram para o desenvolvimento de Cabo Verde.

De seguida, 28% responderam que as remessas dos emigrantes são também um outro fator que possibilitou Cabo Verde desenvolver-se, uma vez que contribui para a melhoria das condições de vida das famílias, que delas beneficiam, possibilitando o abandono do estado de pobreza.

Dos 100 inquiridos, 19% afirmaram que a integração de Cabo Verde em organismos de renome internacional, que em muito vendeu a imagem de Cabo Verde, é um dos fatores que auxiliou Cabo Verde no seu processo de desenvolvimento.

E, por último, com um peso de 6% sobre o total dos 100 inquiridos, deram as suas opiniões direcionadas para a existência da globalização, um fenómeno global que transformou o mundo numa única aldeia, diminuindo as distancias, com um dos fatores que, também, tem contribuído para o desenvolvimento de Cabo Verde.

Gráfico 7 - Como é que classifica o grau de participação da população no processo de desenvolvimento?

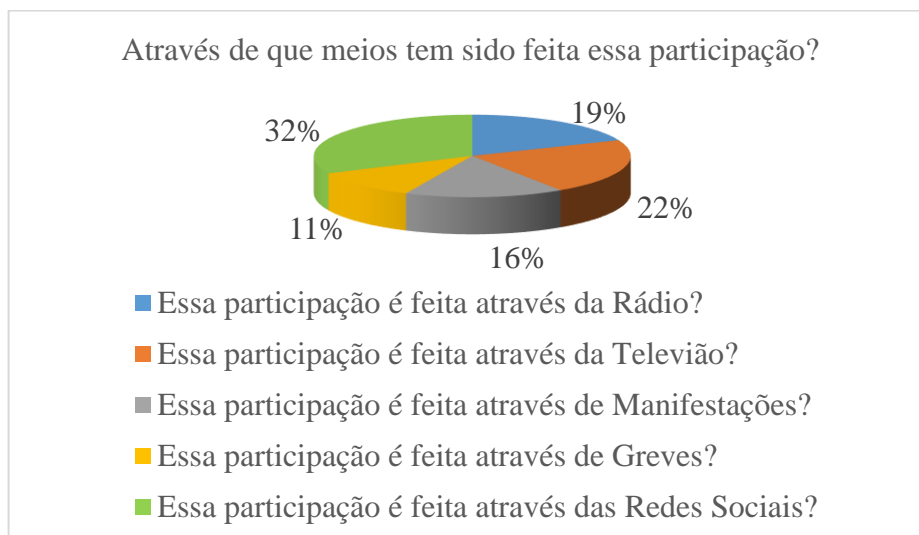


Fonte: Tabela nº 7

De acordo com a opinião dos inquiridos sobre como, é que classificam o grau de participação da população no processo de desenvolvimento, 65%, que corresponde à maioria dos inquiridos, responderam que a participação da população é razoável mas com tendência a melhorar, 30%

são de opinião de que a participação da população é boa, 3% responderam que a participação é má e 2%, ainda, não têm opinião formada sobre a matéria.

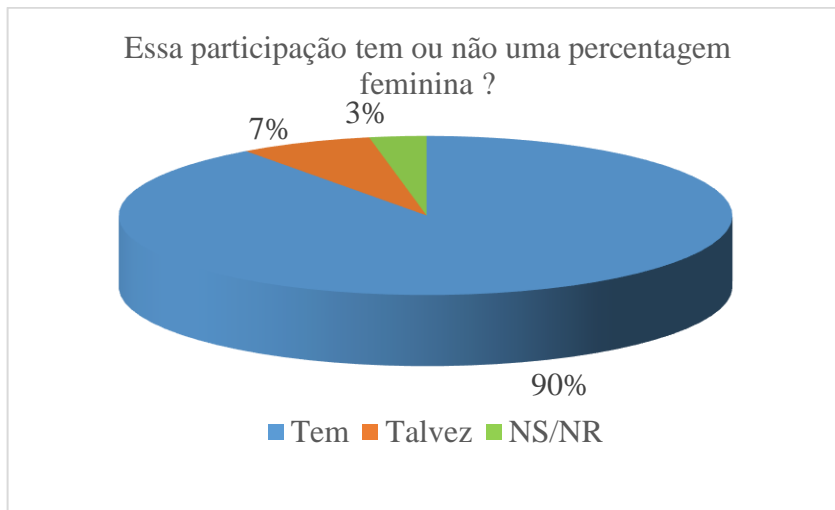
Gráfico 8 -Através de que meios tem sido feita essa participação?



Fonte: Tabela nº 8

Ao questionar a população inquirida sobre, através de que meios os cidadão têm participado no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, 32% responderam que, essa participação, tem sido feita, principalmente, pelas redes sociais, ferramenta que ultrapassa as fronteiras transformando o mundo numa aldeia global, de seguida, vem a televisão com uma percentagem de 22% como meio pelo qual os cidadãos têm participado no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, a rádio foi, também, um dos outros meios que foi apontado pelos inquiridos, como sendo uma ferramenta utilizado, para participar no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, no qual tem um peso de 19%, o recurso a manifestações, também, é um dos outros meios utilizados, como forma de participação, por parte dos cidadãos, a qual corresponde um peso de 16%, no total da amostra e, por último com 11%, que corresponde ao menor peso no total dos 100 inquiridos, destaca-se o recurso a greves como um dos outros meios que, também, é utilizado para participar no desenvolvimento de Cabo Verde.

Gráfico 9 - Essa participação tem ou não uma percentagem feminina?

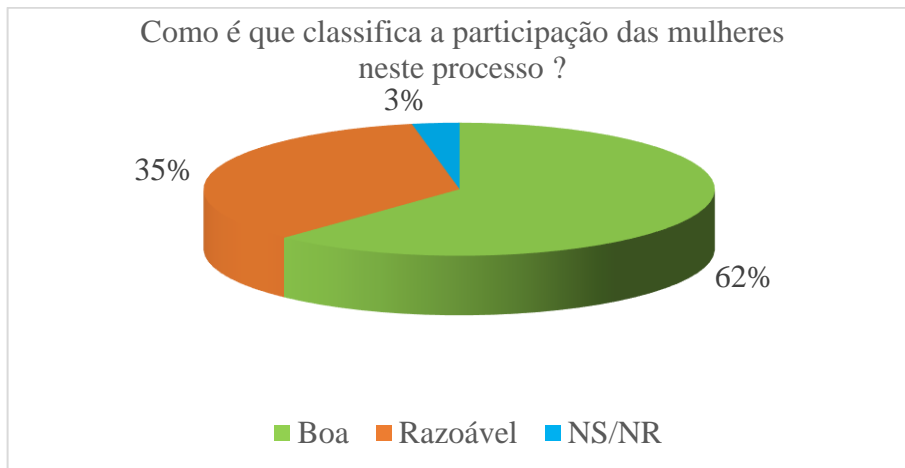


Fonte: Tabela nº 9

Participar no desenvolvimento de qualquer país é dever de todos os membros que a compõem, seja homem ou mulher.

Questionamos os cidadãos sobre, se a participação dos cidadãos no processo de desenvolvimento de Cabo Verde tem ou não uma percentagem feminina, 90%, que corresponde à maioria esmagadora dos inquiridos, responderam que, essa participação, tem uma grande percentagem feminina, enquanto 7% dos cidadãos questionados afirmaram que talvez essa participação, poderá ter uma percentagem feminina, e 3% não têm opinião formada sobre o assunto.

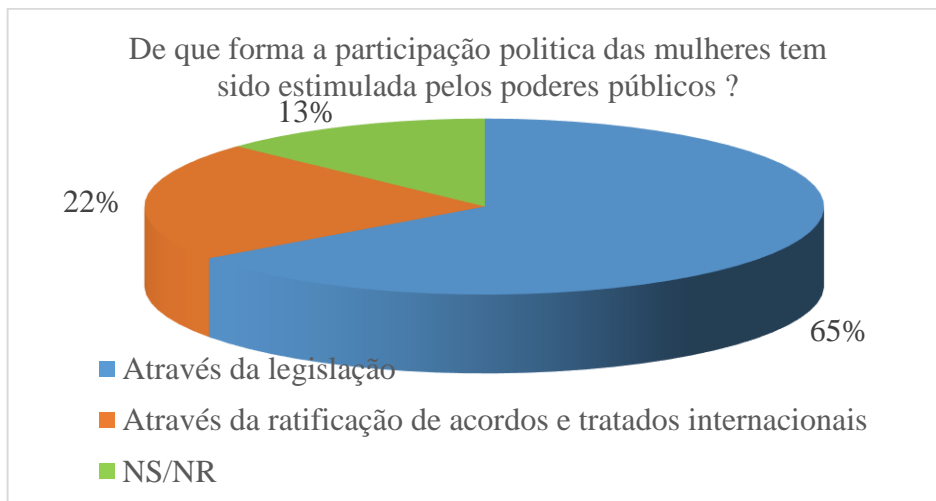
Gráfico 10 -Como é que classifica a participação das mulheres neste processo?



Fonte: Tabela nº 10

Ao perguntarmos aos São-vicentinos como é que classificam a participação das mulheres no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, 62% consideraram boa essa participação, 35% afirmaram ser razoável e, por último, 3%, ainda não têm opinião formada sobre essa questão.

Gráfico 11 -De que forma a participação política das mulheres tem sido estimulada pelos poderes públicos?



Fonte: Tabela nº 11

Quisemos apurar a opinião dos inquiridos, sobre de que forma a participação política das mulheres tem sido estimulada pelos poderes públicos, 65% afirmaram que esse estímulo tem sido possibilitado, principalmente, através da legislação, ou seja, por meio da criação de leis

voltadas para a camada feminina, com o propósito de as Empoderar, visando uma participação, mais ativa, na vida sociopolítica de Cabo Verde.

Com um peso de 22%, destaca-se, também, segundo a opinião dos inquiridos, a ratificação de acordos e tratados internacionais com forma de estímulo adotada, por Cabo Verde, para que as mulheres possam ter uma participação política mais ativa e, de seguida, com um peso de 13%, destacam-se os indivíduos que não têm opinião formada sobre a matéria.

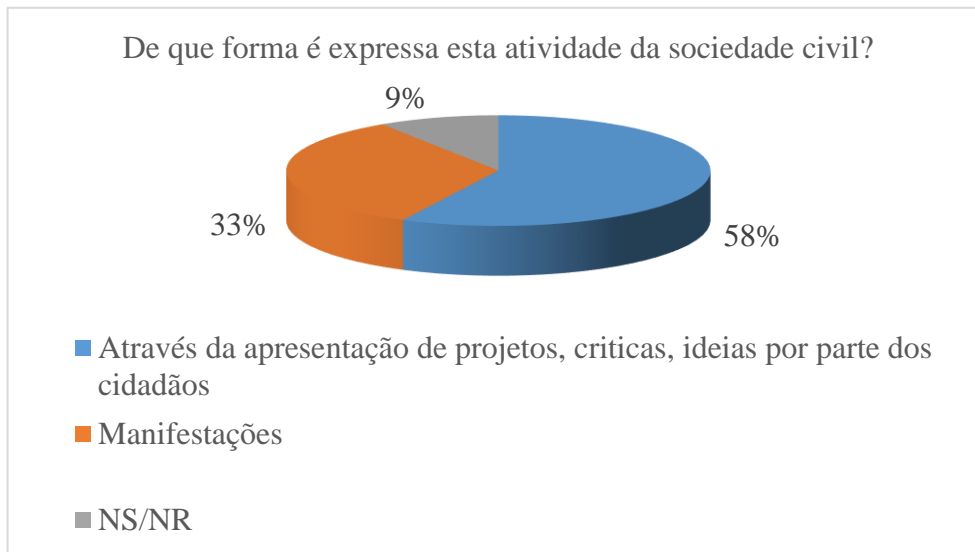
Gráfico 12 -Do seu ponto de vista a sociedade civil cabo-verdiana é ativa ou passiva?



Fonte: Tabela nº 12

Questionados sobre, se a sociedade cabo-verdiana é ativa ou passiva, 52% responderam que sim, a sociedade cabo-verdiana é ativa e, de seguida, 46% responderam que não, que a sociedade cabo-verdiana, ainda, continua muito passiva e, por último, 2% dos inquiridos não têm opinião formada sobre a matéria.

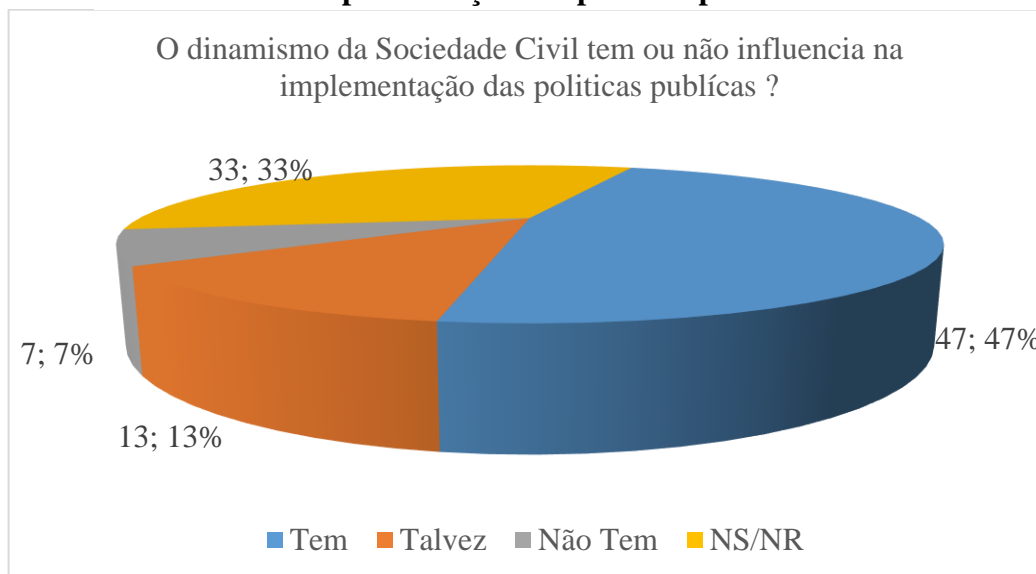
Gráfico 13 -De que forma é expressa esta atividade da sociedade civil?



Fonte: Tabela nº 13

Dos que responderam que a sociedade cabo-verdiana é ativa, 58% são de opinião que o ativismo da sociedade cabo-verdiana é expressa através da apresentação de projetos, críticas e ideias, por parte dos cidadãos, através dos quais demonstram os seus anseios em relação a determinados pontos da vida político-social e, por outro lado, 33% são de opinião que o ativismo da sociedade civil tem sido expressa, nos últimos anos, através de manifestações, e 9%, com menor peso na amostra, não sabe/não responde, ou seja, não têm opinião formada sobre a matéria.

Gráfico 14 -O dinamismo da sociedade civil tem ou não influência na implementação das políticas públicas?



Fonte: Tabela nº 14

Questionados sobre, se o dinamismo da sociedade civil tem ou não influência na implementação das políticas públicas, dos 100 inquiridos que fizeram parte da nossa amostra, 47% afirmam que o dinamismo da sociedade civil tem, sim, influência na implementação das políticas públicas, 33% não responderam, afirmando que não têm opinião sobre o assunto em causa, 13% da nossa amostra, responderam que, talvez o dinamismo da sociedade civil poderá, sim, influenciar na implementação das políticas públicas e, por fim, 7% da nossa amostra são de opinião que o dinamismo da sociedade civil não tem influência na implementação das políticas públicas.

CONCLUSÕES

Tal como foi referido na introdução, o conceito cidadania não tem uma definição que seja aceite por todos os estudiosos da área. De acordo com a evolução histórica vai-se ganhando novas conceções. É um conceito dinâmico. A sua variação tem acompanhado as dinâmicas sociais ao longo do tempo.

Conhecer, compreender e analisar o exercício da cidadania em Cabo Verde, refere-se a um dos objetivos específicos do trabalho. E constatamos que existe uma intervenção cívica muito fraca da parte do cidadão. As pessoas participam muito pouco no processo de desenvolvimento. É necessária a criação de políticas viradas, para a questão da cidadania, que possam estimular os cidadãos a participar mais, ativamente, no desenvolvimento, uma vez que quem beneficia do desenvolvimento é o próprio cidadão. A participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política constitui uma condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo, as leis, promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do género.

Um dos outros objetivos específicos do nosso trabalho recaiu na análise da participação das mulheres no processo de desenvolvimento de Cabo Verde. Segundo as informações obtidas nos inquéritos e entrevistas, mais de metade dos inquiridos afirmam que o processo de desenvolvimento de Cabo Verde tem uma percentagem da participação feminina e é bastante representativa. A participação feminina é vista de forma positiva, mesmo que, por um lado, ainda, não seja o ideal, mas tende, por outro, lado a melhorar. Isso, devido a incentivos ou criação de políticas direcionadas para um maior empoderamento das mulheres. Ainda, de acordo com as informações obtidas das entrevistas, em Cabo Verde existe a prevalência de muitas famílias monoparentais, que são chefiadas só por mulheres, mesmo que a mulher muitas vezes não consegue ter uma participação de forma direta no processo de desenvolvimento do país, dedica-se à educação dos filhos, no sentido de os preparar para a vida futura. A transmissão de valores e conhecimentos, por parte das mães para os filhos, estimula-os para o envolvimento com as questões sociais e, assim, para com o processo de desenvolvimento do país.

Analisar e compreender o impacto que a sociedade civil ativa tem na implementação de políticas públicas de Cabo Verde, foi um dos outros objetivos específicos do nosso trabalho. A cidadania ativa, ainda, é uma realidade insípida em Cabo Verde. É evidente que, ainda, não temos uma intervenção na implementação de políticas públicas de forma mais assídua. Uma intervenção de

maior relevo que tivemos foi aquando da aprovação do novo Estatuto dos Titulares dos Cargos políticos em 2015, em que o povo saiu às ruas, demonstrando o seu descontentamento e, de imediato, foi vetado pelo Presidente da República, Jorge Carlos Fonseca. E, isso demonstra que se os cidadãos se esforçarem mais, se forem mais ativos conseguem sim, influenciar a implementação das políticas públicas. As políticas públicas refletem o pulsar das sociedades, no caso concreto de Cabo Verde, a população, ainda, não tem essa consciência de que a sua participação mais ativa pode, e, de que maneira, mudar o rumo das políticas adotadas e influenciar o processo de desenvolvimento. De modo geral, em Cabo Verde, a influência ativa e permanente das políticas públicas, por parte dos cidadãos, ainda, não é uma realidade observada. É necessário ter uma consciência crítica perante os problemas decorrentes da vida social.

A sociedade civil cabo-verdiana reconhece a importância da sua participação no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, é a primeira hipótese do nosso trabalho. Constatamos que a população reconhece que participar no processo de desenvolvimento do país é tarefa de todos. Entretanto, de acordo com as informações obtidas dos inquéritos e das entrevistas, foi possível constatar que, a cidadania ativa ainda é pouco observada, a população tem uma participação na vida social e no desenvolvimento no seu todo muito abaixo do esperado. Com os recursos colocados à disposição dos cidadãos, como o aumento das instituições de ensino para melhorar o nível de instrução da população, as estruturas de apoio na divulgação de informações que existem, um pouco por todo o país, instauração do regime democrático, que é considerado o regime político mais aberto para a questão da participação política, o estado de direito, entre outros recursos que ajudam na formação de uma massa crítica mais intervencionista, era de se esperar um comportamento diferente dos cidadãos. Uma atitude pró-ativa.

Em relação à segunda hipótese, se o nível de desenvolvimento alcançado deve-se, sobretudo, a uma dinâmica interna (que estimulou a participação cívica) constatou-se que a participação cívica, ainda, não tem muita expressão muito forte no arquipélago. Internamente, o povo cabo-verdiano tem vindo, de acordo com os recursos disponíveis, a dar o seu contributo para o desenvolvimento, mas não de forma muito expressiva e que agrada tanto os observadores nacionais bem como os internacionais.

Demostramos, neste trabalho, que o conceito de cidadania está interligado com o conceito de desenvolvimento. Para que uma sociedade possa desenvolver-se de forma duradoura os indivíduos, que a compõe, têm de demonstrar sentido de responsabilidade, de interesse para o melhoramento do ambiente que os envolvem.

Já na terceira hipótese, se o nível de desenvolvimento atingido resulta, sobretudo, de uma dinâmica externa (em que o país tenta acompanhar tendências mundiais que estimulam a participação cívica), constatamos, com base nas informações recolhida dos inquéritos e das entrevistas aplicadas, que a dinâmica externa é sem dúvida um dos grandes mentores do desenvolvimento de Cabo Verde. A questão externa, em muito auxiliou Cabo Verde no processo de desenvolvimento. As ajudas externas, tanto em forma de donativos ou de empréstimos, foram cruciais para a infraestruturização do país. Criando infraestruturas de apoio a administração pública.

O processo de desenvolvimento de Cabo Verde é um caso insólito em África, visto que, no período, logo após a independência nacional, foi considerado um país inviável mas, hoje, o cenário, é totalmente, diferente. É considerado um exemplo de perseverança e determinação, mesmo sem recursos naturais, mas com o apoio de parceiros internacionais conseguiu atingir um nível de desenvolvimento considerado médio.

Esse nível de desenvolvimento, hoje, atingido por Cabo Verde tem possibilitado o melhoramento das condições de vida da população, mas ainda não é o desejado devendo trabalhar para mais.

Chegamos ao fim do nosso trabalho e podemos afirmar que os objetivos e as hipóteses do trabalho foram alcançados.

BIBLIOGRAFIA

- Albrow, M., (2001). A sociedade como diversidade social: um desafio para a governança na era global. Em: OECD, *A Governança no Século XXI*. Lisboa, GEPE, p 181-220.
- Albuquerque, C., (2010). Singularização da acção pública e acompanhamento social. *Direito e Cidadania*, v nº especial: 67-85.
- Assembleia Nacional, (2015). *Assembleia Nacional 40 anos de história*. A N. Praia.
- Correia, S., (2007). *Capital social e comunidade cívica: o círculo virtuoso da cidadania*. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.
- Dias, J.M.A, (2001). Capital social e desempenho de governos democráticos. *Direito e Cidadania*, 189-200.
- Dicionário universal da língua portuguesa*, (1995). 1ª Edição, Texto Editora, Lda. Lisboa.
- Fernandes, R.C., (1995). Os fios da cidadania planetária. Em: L. Starke (ed), *Cidadãos construindo a sociedade civil planetária*. Civius. Washington DC, p 335-365.
- Bremond, J. e Gélédan, A. (1988). *Dicionário económico e social*. Livros Horizonte, Lda. Lisboa.
- Gomes, C., (2011). *Mulher e poder: O caso de Cabo Verde*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Praia
- Henriques, M.C., Reis, J.; Rodrigues, A. e Cunha, M.F. (Agosto de 2000). *Educação para a cidadania*. 2ª Edição, Plátano Editora. Lisboa.
- Leão, D.F., (2001). *Sólon: ética e política*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.
- Lopes, J.V., (2002). *Cabo Verde, os bastidores da independência*. 2ª Edição, Spleen Edições. Praia.
- Martins, M.M, (2010). *Cidadania e participação política: Temas e perspetivas de análise*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa.
- Ministério das Finanças e Administração Pública, (Maio de 2008). *Documento de estratégia de crescimento e redução da pobreza II*- MFAP. Praia, 1-147.

Mwewa, M., Fernandes, G. & Gomes, P., (2009). *Sociedades desiguais*. Nova Harmonia. São Leopoldo.

Pires, P.V.R., (2012). *O meu compromisso com Cabo Verde*. Volume 1, Edição do autor. Praia.

Presidência da Republica de Cabo Verde. (Novembro de 2010). *Constituição da Republica de Cabo Verde, 2ª revisão ordinária-2010*. Praia

Silva, M.R.P., (2010). *As constituições de Cabo Verde e textos históricos de direito constitucional cabo-verdiano*. 2ª Edição, Imprensa Nacional de Cabo Verde. Praia.

Tolentino, C., (Janeiro de 2016). *Cabo Verde- Janelas de Africa*. 1ª Edição, Pedro Cardoso Livraria. Praia.

WEBGRAFIA

Amaro, R.R., (26 Março de 2016). Desenvolvimento-um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria á pratica e da prática á teoria. *Caderno de Estudos Africanos*, 4:35-70. Acedido a 15 Outubro de 2018, em: <https://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/8659>

Baggio, R., (Abril de 2017). Empreendedorismo cívico e resgate da democracia. *Jornal o Globo*. Acedido a 24 Julho de 2018, em: <https://oglobo.globo.com/opinioao/empreendedorismo-civico-resgate-da-democracia-21255064?versao=amp>

Borba, J., (10 Abril de 2012). Participação política uma revisão dos modelos de classificação. *Revista Sociedade e Estado*, v 27 nº2. Acedido a 11 Julho de 2018, no website da: SCIELO, em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v27n2/a04v27n2.pdf>

Camacho, E.B., (2010). *A participação das mulheres na política em Cabo Verde-1975/2006*. Acedido á 27 de Setembro de 2018, no web site do Portal do Conhecimento, em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bistream/10961/2075/1Ednilson%20B%20Camacho%20ultimo%20verson.15222.pdf>

Camargo, O., (2018). *Conceito de cidadania*. Acedido a 17 de Setembro de 2018, no web site da: Brasil Escola, em <https://m.brasile Escola.uol.com.br/sociologia/cidadania-ou-estadania.htm>

Embaixada da França no Brasil, (13 Janeiro de 2017). *A declaração dos direitos do homem e do cidadão*. Acedido em 22 de Outubro de 2018, em: <https://br.ambafrance.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-homem-e-do-Cidadao>

ECV, Camara dos Deputados (7 de Novembro de 2016). *O que é cidadania?* Acedido a 7 de Novembro de 2018, em: <https://m.youtube.com/watch?v=xFOJJ-fosys&t=58s>

Favero, C.C., (2003). Os movimentos sociais e a questão do desenvolvimento. *Revista Unioeste*, v 7 nº2. Acedido á 7 de Novembro de 2018 em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/291/209>

Ferreira, N. A.& Fortes, L., (02 Fevereiro de 2018). A efémera vida e obra dos movimentos cívicos em Cabo Verde. *Jornal Expresso das Ilhas*. Acedido a 14 de Agosto de 2018, em : <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/02/02/a-efemera-vida-e-obra-dos-movimentos-civico-em-cabo-verde/56455>

Fischer, R., (2015). Formas de estado, sistema, forma e regime de governo. *Jusbrasil*. Acedido a 22 de Outubro de 2018, em: <https://roneyfischer.jusbrasil.com.br/artigos/333518560/formas-de-estado-sistema-forma-e-regime-de-governo/amp>

Júnior, M.L.B., (29 Abril de 2010). *Cidadania, conceito e evolução histórica*. Acedido a 16 de Outubro de 2018, no *web site* da Dirrito.It, em: <http://www.dirrito.it/cidadania-conceito-e-evolucao-historica/>

Lei nº 34/VIII/2013 de 24 de Julho – *Boletim Oficial da Republica de Cabo Verde nº 37- I Série*. Assembleia Nacional. Praia. Acedido a 14 de Novembro de 2018, em: <http://faolex.fao.org/docs/pdf/civil26230.pdf>

Lima, P.R.S., (Setembro de 2003). *Governança: Cidadania e transparência*. Acedido a 21 de Outubro de 2018, no *web site* da: Culturatura, em: <http://www.culturatura.com.br/artigos/paulo.governanca.htm>.

Nascimento, G.E.F., (15 de Novembro de 2012). *Boa governação como ativo estratégico para Cabo Verde*. Acedido a 25 de Julho de 2017, no *web site* do: Portal do Conhecimento, em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/2549/1/Nascimento%202012.BOA%20GOVERNA%C3%87%C3%83O%20COMO%20ACTIVO%20ESTRAT%C3%89GICO%20PARA%20CABO%20VERDE.%20MSc..pdf>

Noticias, S., (20 Janeiro de 2016). MAC#114 critica falta de coragem da juventude. *Sapo Noticias*. Acedido a 7 de Setembro de 2018, em: <https://noticias.sapo.cv/actualidade/artigos/mac114-critica-falta-de-coragem-da-juventude>

Oliveira, P.J.J., (23 Maio de 2010). Cidadania é para todos. Direitos, deveres e solidariedade. *Revista Jus Navigandi*, Teresina. Acedido a 20 de Setembro de 2018, em: <https://jus.com.br/artigos/14885>.

Pereira, L.C., (2013). *Cabo Verde: da descolonização a abertura democrática*. Acedido a 29 de Setembro de 2018, no *web site* do: Portal do Conhecimento: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/3906>.

Ramos, A.M., (2012). *Partidos políticos na democracia cabo-verdiana*. Acedido a 29 de Setembro de 2018, no *web site* do: Portal do Conhecimento: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/2545/1/Mongrafia%20-%20Arceolinda%20Ramos.pdf>.

Tilly, C., (2010). Movimentos sociais como politica. *Revista Brasileira de Ciência Política*.
Acedido a 29 de Agosto de 2018, em:
<http://periodicos.unb.br/index.php/rcbp/article/view/6562>.

ANEXOS

1) Entrevista dirigida a mulheres que desempenham ou desempenharam funções relevantes na sociedade cabo-verdiana.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) hoje Cabo Verde ocupa a categoria dos países de desenvolvimento médio.

Ao longo desses anos, como país independente tem vindo a cumprir determinados critérios, regras, que segundo o PNUD são de suma importância para a avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Critérios tanto a nível político, como à qualidade de governação, o nível de participação dos cidadãos na vida política, o tipo de regime instaurado, entre outros; também, a nível económico, como a sua economia, a abertura do mercado, também a nível social, como a organização da sociedade, o nível de vida, a sua relação como o exterior, as parcerias, entre outras inúmeras condições que são relevantes na atribuição do nível de desenvolvimento de um país.

E nessa entrevista procura saber a opinião das entrevistadas sobre que, fatores estão na base desse desenvolvimento, nomeadamente o contributo do exercício da cidadania.

Perguntas do questionário/ entrevista

- 1) Cabo Verde é atualmente uns pais de desenvolvimento medio. Quais é que são os fatores internos que favoreceram este desenvolvimento?
- 2) Quais os fatores externos que estão na base deste desenvolvimento?
- 3) Como é que classifica o grau de participação da população neste processo?
- 4) Através de que meios tem sido feita essa participação?
- 5) Essa participação tem ou não uma percentagem feminina?
- 6) Como classifica a participação das mulheres neste processo?
- 7) De que forma a participação política das mulheres tem sido estimulada pelos poderes públicos?
- 8) Do seu ponto de vista a sociedade civil em Cabo Verde é ativa ou passiva?

- 9) O dinamismo da sociedade civil tem ou não influência na implementação das políticas públicas?

I. Entrevistada número 1

1) Cabo verde é atualmente um país de desenvolvimento médio. Quais é que são na sua opinião os fatores internos que favoreceram este desenvolvimento?

Sim, de facto Cabo Verde deixou de pertencer ao grupo dos países menos avançados para integrar na lista dos países de desenvolvimento médio, isso graças ao esforço que foi feito internamente por todos os cidadãos.

Dos inúmeros ganhos que tivemos posso enumerar alguns, que a meu ver são de suma importância:

- a) A nível da saúde viu-se reduzida a taxa de mortalidade infantil, a de pós-parto também. Isso devido a grandiosos ganhos que se obteve a nível da saúde possibilitando assim um maior acesso a cuidados básicos de saúde para toda a população;
- b) No que diz respeito à educação houve grandes e grandes melhorias, onde através de programas alargados dos sucessivos governos foi possível incluir todas as faixas etárias e diminuir de forma muito significativa a taxa de analfabetismo, transformando a nossa sociedade numa sociedade mais escolarizada e informada;
- c) No tocante a economia também pode ser apontada como um dos importantes fatores internos que tem possibilitado o desenvolvimento;
- d) A política é, também, um dos outros fatores, quicá a de mais relevância, que tem contribuído para o desenvolvimento deste país. Posso dizer que temos uma democracia estável, que é considerado um exemplo a ser seguido na África. Na nossa história não há registo de conflitos, gozamos de uma paz invejada pelo mundo inteiro, ou seja, são muitos os fatores que têm contribuído para o desenvolvimento do nosso país.

2) Quais os fatores externos que também estão na base deste desenvolvimento?

Respeitante aos fatores externos, posso indicar como por exemplo os investimentos externos, financiamento de projetos e, também, uma maior aceitação do país no exterior. Tudo isso tem

trazido muitas vantagens a Cabo Verde, principalmente no tocante ao seu processo de desenvolvimento.

3) Como é que classifica o grão de participação da população neste processo de desenvolvimento?

É satisfatório, mas ainda não o ideal.

4) Através de que meios tem sido feita essa participação?

Essa participação tem sido feita principalmente através das eleições, ou seja, através do sufrágio universal, direto e periódico. Que graças a deus têm decorrido sem incidentes que pões em causa a nossa credibilidade democrática. Têm havido, também, participação de forma direta, através da preparação/participação dos quadros superiores. Têm havido uma maior valorização da educação.

5) Essa participação tem ou não uma percentagem feminina?

Tem sim, os homens e mulheres têm sido desde sempre o motor dessas terras.

6) Como é que classifica a participação das mulheres neste processo de desenvolvimento?

A meu ver é uma participação bastante importante, mas, ainda, não é a desejada ou o ideal. Mas as mulheres têm contribuído para o aumento dessa participação, através da sua emancipação, participando nas várias esferas da sociedade mudando ou reforçando o seu papel.

7) De que forma a participação política das mulheres tem sido estimulada pelos poderes políticos?

Pouco a pouco os governos, tanto os anteriores bem como também os atuais, têm trabalhado em prol desta causa (o empoderamento feminino). Ou seja a participação feminina vai sendo estimulada.

8) Do seu ponto de vista a sociedade cabo-verdiana é ativa ou passiva?

É ativa e passiva, dependendo da situação e até mesmo da própria ilha.

Mas, entretanto, a sociedade tem dado passos consideráveis para sair da passividade.

9) O dinamismo da sociedade civil tem ou não influência na implementação das políticas públicas?

Logicamente que tem, pois a implementação das políticas públicas está relacionada com a dinâmica da sociedade, com as exigências da sociedade. A sociedade chama, por exemplo, cada vez mais por melhores condições de saúde, segurança, educação, entre outros, e, muitas das vezes, as políticas adotadas refletem o pulsar da sociedade, os seus desejos as suas aspirações de melhoria rumo ao desenvolvimento.

II. Entrevistada número 2

1. Cabo verde é atualmente um país de desenvolvimento médio. Quais é que são na sua opinião os fatores internos que favoreceram este desenvolvimento?

Eu começo por dizer que na altura foi uma questão muito polémica, porque nem todos estavam de acordo que Cabo Verde fosse, efetivamente, um país de desenvolvimento médio, por outro lado, as pessoas, também, tiveram medo que essa graduação viesse retirar-nos alguns benefícios de que nós tínhamos alcançado nomeadamente a nível externo, internacional até o momento.

Evidentemente que as Nações Unidas têm critérios para a graduação de países em desenvolvimento para países de desenvolvimento médio, e sendo um organismo de renome, sério, e graduou Cabo Verde porque preenchia os requisitos, que são requisitos que aplica a um grupo de países que tem graduado sucessivamente.

Portanto, creio que o rendimento per-capita foi um dos critérios, bem como, também, o nível de desenvolvimento humano, foi um dos outros critérios que foram tidos em conta para a graduação de Cabo Verde.

Internamente, os cabo-verdianos trabalharam para preencher todos os requisitos, que tornaram possível a graduação de Cabo Verde a país de desenvolvimento médio. Esse patamar a que Cabo Verde chegou não é mérito de um único governo mas sim dos sucessivos governos.

A nível da educação, também, houve melhorias bastantes significativas, o nível de analfabetismo reduziu, drasticamente o ensino escolar massificou-se e foi importantíssimo para que Cabo Verde pudesse dar aquele salto, de que Cabo Verde necessitava em relação ao índice de desenvolvimento humano

2. Quais os fatores externos que também estão na base deste desenvolvimento?

O trabalho, não foi só internamente, temos que ter em conta o papel dos países parceiros, dos apoios que contribuíram em larga medida para que pudéssemos dar este salto. Nomeadamente, a nível de criação de infraestrutura, o financiamento dos orçamentos do Estado.

Uma série de condições que terão contribuído para que Cabo Verde fosse graduado.

Mas, também, há outra questão, será que as populações estão se sentindo num país de desenvolvimento médio? Isso, porque, ainda, há muitos problemas por resolver, como a questão do desemprego, da falta de água e saneamento, da pobreza...

Mas, para mim essa, questão da graduação foi, também, um investimento na autoestima do cabo-verdiano.

3. Como é que classifica o grau de participação da população neste processo de desenvolvimento?

Não há nenhum governo, nenhum partido que consiga fazer as coisas por si só, sem o engajamento das populações. A meu ver penso que a população poderia fazer mais e melhor, as famílias deveriam responsabilizar-se mais para a educação dos seus filhos.

Portanto, a população tem tido um papel fundamental no atingir desse patamar. Apesar de haver, ainda, muita desigualdade, como, por exemplo, aquela população que é atingida pela pobreza, não creio que sinta os efeitos dessa graduação, mas a classe média alta já sente.

4. Através de que meios tem sido feita essa participação?

Creio que em primeiro lugar é através do seu trabalho, do seu espírito crítico, das suas reivindicações que tem demonstrado que se interessa pelas questões que afetam a vida em sociedade.

5. Essa participação tem ou não uma percentagem feminina?

A mulher tem tido um papel crucial no desenvolvimento de Cabo Verde.

Muitas vezes, as mulheres da nossa terra são chefes de famílias, esforçam-se para colocar os filhos na escola mesmo em condições de pobreza extrema, por isso, a meu ver, todos os governos devem ter políticas direcionadas para as mulheres porque Empoderar as mulheres é Empoderar o mundo. É necessário criar as condições para a participação efetiva da mulher, nas diversas esferas da vida social. Bem como na vida económica, na política, nas universidades.

6. Como é que classifica a participação das mulheres neste processo de desenvolvimento?

É verdade que este país é feito de homens e mulheres, mas a mulher a meu ver tem um papel crucial no desenvolvimento de Cabo Verde. A mulher tem um papel de relevo no desenvolvimento de Cabo Verde.

Evidentemente, que, ainda, a situação feminina não é a desejada, o ideal, mas está-se a trabalhar para que isso possa tornar-se possível, como, por exemplo, está-se a trabalhar a nível do Parlamento Nacional, na qual eu sou deputada, na questão da paridade de género, com o objetivo de ter no parlamento a mesma percentagem de homens e mulheres como deputados da nação.

A mulher em nada é inferior ao homem, nem em capacidade, nem em inteligência, nem em vontade de fazer, por isso, as mulheres podem, devem e têm participado no processo de desenvolvimento de Cabo Verde.

Vejo essa participação de forma positiva e tende a melhorar cada vez mais.

7. De que forma a participação política das mulheres tem sido estimulada pelos poderes políticos?

Os sucessivos governos têm trabalhado em prol do empoderamento das mulheres, mas, entretanto, há muitos assuntos que não passam do papel, por exemplo, na questão da ratificação dos tratados ou acordos internacionais, por vezes, são assinados, mas na prática não são verificados.

Tem ratificado muitos acordos e tratados internacionais, em prol da condição feminina. A nível interno, também, não se tem poupado esforços para o empoderamento das mulheres.

Empoderar as mulheres, segundo um pensador, é empoderar o mundo, por isso é preciso que os governos criem condições para a participação efetiva da mulher, nas diversas esferas da vida social.

8. Do seu ponto de vista a sociedade cabo-verdiana é ativa ou passiva?

O que eu sinto é que com a massificação do ensino superior, hoje nós temos uma massa crítica maior, o que transforma a sociedade é a escola. Se queremos mudar o contrato social, é preciso que o governo crie condições do acesso gratuito ao ensino para todos os cabo-verdianos. A escola é a base de toda e qualquer sociedade.

Houve uma época em que a participação social era muito deficitária, ficava aquém daquilo que era desejada.

Mas, hoje, já posso dizer que embora, haja um maior conhecimento da constituição, dos direitos, constitucionalmente, estabelecidos para os cidadãos, embora falta-nos uma maior consciência dos deveres, mas há esse despertar da consciência da importância da cidadania da participação.

Temos de estar cientes que a governação deste país, do desenvolvimento, do crescimento económico é responsabilidade de todos e não, apenas, dos governantes.

Já dizia um autor que os problemas de um país não cabem na pasta de um dirigente. Por isso tem que ter participação e mais participação, mas participação, de forma consciente e não por ofensas.

Temos que atacar os problemas e não as pessoas, atacar os problemas mas trazer na outra mão soluções, propostas.

Nós precisamos participar mais e, cada um, participa lá onde for possível, por exemplo uma mãe doméstica participa na educação dos filhos. No fundo, cada um é responsável pela sua existência, mas em democracia nós elegemos os nossos representantes nos quais delegamos o nosso poder de fazer, mas lá fora nós, também, temos que fazer para que as coisas aconteçam, verdadeiramente.

9. O dinamismo da sociedade civil tem ou não influência na implementação das políticas públicas?

Sim, o dinamismo da sociedade civil tem sim influência na implementação das políticas públicas.

Influenciar de forma positiva, a crítica só é construtiva, quando numa mão vem a crítica e na outra se apresenta soluções.

Ser um bom cidadão é ter consciência dos meus deveres e cumpri-los, porque daí os meus direitos vêm quase que de forma automática.

III. Entrevistada número 3

1) Cabo Verde é, atualmente, um país de desenvolvimento médio. Quais é que são os fatores internos que favoreceram este desenvolvimento?

Isso deve-se há alguns avanços que conseguimos ao longo dos anos, ou seja, pelo facto de termos conseguidos alcançar determinados objetivos que, a nível internacional, são de suma importância para que possamos ser reconhecidos como tal. Por exemplo, a nível da educação,

com a diminuição da taxa de analfabetismo, possibilitando, assim, maior instrução, conhecimento à população; o aumento da produtividade, do rendimento.

Também, temos outros fatores como na área de saúde, onde temos um país com um bom sistema de saúde, hospitais apetrechados conseguidos formar médicos, enfermeiros; progressos a nível dos transportes para facilitar o deslocamento entre as ilhas, desenvolvimento do comércio, devido à alguma produção interna, a nível da agricultura, pecuária, pesca, mesmo que, ainda, de forma tímida, mas com potencialidade de aumento.

Conseguimos mudar de paradigma, em relação ao nosso estado de desenvolvimento, graças à superação de algumas questões que revelam ser fulcrais para a vida de qualquer ser humano, embora, ainda, persistem algumas dificuldades, mas temos conseguido dar vasão à maioria das preocupações que inquietam a sociedade

Temos condições para sermos auto- sustentáveis mas, primeiro, temos que trabalhar mais, apetrechar mais todos os meios disponíveis que temos a nosso favor, como, por exemplo a pesca, a agricultura, o agronegócio, entre outros, para que, assim, sim o desenvolvimento pudesse ser sustentável.

2) Quais os fatores externos que estão na base deste desenvolvimento?

A nível dos fatores externo, temos o reconhecimento do nosso país por parte dos parceiros internacionais, como a União Europeia, os EUA e isso acontece, porque acreditam no nosso país, temos tido uma boa governação, com responsabilidade e, isso, é para nós, um fator, favorável, para o desenvolvimento.

Com a credibilidade que, ao longo dos anos temos vindo a ganhar, muitos países e organismos internacionais têm observado de perto o nosso esforço e nos apoiado nas áreas mais fulcrais, como a educação, a saúde e, assim, impulsionar o nosso desenvolvimento.

Nos países, onde reinam a paz, têm uma boa governação, a população está a ser educada, a saúde está a desenvolver-se, tem pessoas empenhadas, tudo isso desperta a atenção de parceiros externos, o que os leva a apostar, investir rumo a um desenvolvimento dourador.

E esses requisitos são espelhados em Cabo Verde, motivo pela qual somos uma grande referência, em África, e um exemplo a ser seguido.

Podíamos estar muito mais evoluído, isso porque, sempre, tem alguma corrupção, que acredito ser muito baixa e que, pelo menos, uma boa parte das doações é aplicado.

3) Como é que classifica o grau de participação da população neste processo?

Sim, claramente que o povo participa. Por mais que temos governantes responsáveis, que trabalham, a população tem sempre demonstrado ser disponível e ajudado no processo de desenvolvimento. Somos um povo pacífico, de alegria, de festa, que cultiva a paz, o amor, um povo responsável que trabalha e contribui para o desenvolvimento do país. O que posso afirmar é que temos que trabalhar e aperfeiçoar mais para atingirmos o nível mais alto, mais elevado, e estamos num bom caminho para que, isso, possa tornar-se realidade.

4) Através de que meios tem sido feita essa participação?

A população tem um outro tipo de contribuição, no sentido de fiscalizar como é que tudo tem passado no terreno, embora seja pouco. E, é neste ponto que temos que focar e trabalhar mais. Neste momento, estamos com uma grande massa crítica, por causa da formação em grande medida de jovens, que é muito importante para o desenvolvimento do país.

Mas necessitamos de críticas construtivas, mais participativa, onde têm que exigir uma boa aplicação dos recursos e uma boa governação, tanto é que temos tido alternâncias políticas.

5) Essa participação tem ou não uma percentagem feminina?

Sim, claro, sem sombras de duvidas, e tem sido muito bom.

6) Como classifica a participação das mulheres neste processo?

Vejo a participação feminina com bons olhos, visto que, também, a mulher é um motor de desenvolvimento deste país.

Em Cabo Verde há muitas famílias chefiadas só por mulheres que, sozinhas, educam os seus filhos. As mulheres têm mais responsabilidades do que os homens, e quando as mulheres preocupam com questões sociais e participam, isso quer dizer que estão também preocupadas

com o futuro dos seus filhos e, isso, é muito bom para o desenvolvimento de todo e qualquer país.

7) De que forma a participação política das mulheres tem sido estimulada pelos poderes públicos?

Cabo Verde, hoje, já está num país de desenvolvimento médio, num patamar onde seguimos normas internacionais, não se pode dizer que tem que estimular as mulheres, mas sim o que acontece é que temos muitas mulheres que se encontram num nível de capacitação suficiente para assumir determinadas funções.

A partir do momento que a mulher começar a tomar as “rédeas” em determinadas funções, como, por exemplos, temos mulheres a assumir determinados cargos políticos, no parlamento, no governo, no poder local, na chefia de algumas instituições e, isso, é uma conquista da própria mulher, não é que lhes foram feito algum favor, a mulher cabo-verdiana está a conquistar o seu espaço.

Ou seja, a mulher cabo-verdiana está a apostar na sua capacitação, formação, estão cada vez mais competentes e, isso, é muito importante para a auto-afirmação, perante a sociedade.

Quando uma mulher lutar, e demonstrar ser competente, e assumir um determinado cargo, ou político ou de alguma empresa, não o assumiu só por ser mulher, mas, sim, por ser capaz. Os governantes ou mesmo a sociedade no seu todo, têm de tomar a consciência de que se há uma mulher num determinado cargo não é por ela ser mulher, porque se for isso não devemos aceitar. A mulher tem que continuar a lutar para ter a igualdade e equidade de género. A mulher está a desempenhar um papel importante no desenvolvimento do nosso país.

8) Do seu ponto de vista a sociedade civil cabo-verdiana é ativa ou passiva?

A sociedade civil cabo-verdiana já foi mais passiva, mas, ultimamente, está a tornar-se mais ativa, com um dinamismo diferente da de outrora.

E, ultimamente, estamos a formar uma massa crítica diferente, e cada vez maior. Isso devido ao maior número de jovens universitários e que participam na vida política. Há também, mais meios de comunicação e com uma abrangência mais alargada e, tendo em conta esses e outros

pontos, a nossa sociedade está a tornar-se mais ativa. Embora, necessitamos de mais ativismo, ainda temos uma certa passividade, por exemplo, em algumas questões que afetam, especificamente, a ilha de São Vicente, não se vê a população a reunir-se e fazer alguma manifestação de forma construtiva e, é nesse aspeto, que precisamos ser mais dinâmicos.

9) O dinamismo da sociedade civil tem ou não influência na implementação das políticas públicas?

Sim, quando a sociedade civil participa pode, em alguns aspetos, influenciar na implementação de políticas públicas. Por exemplo, quando se tem eleições e as pessoas participam, isso é uma forma de influenciar as políticas públicas, uma vez que pode ter continuidade ou alternância política.

No caso, concretamente, da ilha de São Vicente, na qual onde eu sou Vereadora da Área Social, penso que a população necessita “despertar” e não ficar acomodada, perante algumas situações.

A massa crítica não pode ser egocêntrica, ou seja, pensar só em si, mas, sim, tem que pensar no país, pensar no futuro senão, não conseguimos desenvolver.

Pensar no desenvolvimento é deixar o egocentrismo de lado e pensar no país no seu todo, é projetar um futuro melhor para todos.

Cabe às pessoas, quando há oportunidades, fazer algo para que tudo possa mudar de paradigma e tornar-se melhor.

Entrevistada número 4

1) Cabo Verde é, atualmente, um país de desenvolvimento médio. Quais são os fatores internos que favoreceram este desenvolvimento?

Como fizemos parte das antigas colónias de Portugal, há sempre a tendência em comparar o que uma faz e a outra não faz, ou seja, o desempenho de uma e de outra.

Por conseguinte, a meu ver, esse desenvolvimento deve-se mais a fatores externos do que internos, mas, claramente, também, tivemos alguma capacidade, alguma mestria para atrair esses investimentos e esses acordos.

Dadas as inúmeras decadências que nós temos, muitas vezes, as decisões são tomadas para satisfazer necessidades de curto prazo.

A boa governação pode ser apontada com um dos fatores internos que tem contribuído para o nosso desenvolvimento, evidentemente que, ainda, há muito mais por fazer, mas considero que tem sido feito um bom trabalho.

2) Quais os fatores externos que estão na base deste desenvolvimento?

O nosso desenvolvimento é muito atribuível ao apoio externos do que internos, pelo fato de sermos ainda um país jovem, mas também sem sombras de dúvidas há uma cota parte dos cabo-verdianos e dos sucessivos governos, para atrair os apoios externos, que tem auxiliado no desenvolvimento.

Desde a independência que Cabo Verde tem vindo a lutar para se afirmar, e isso, tornou-se uma realidade, graças às ajudas externas, sem descurar, também, das remeças dos emigrantes que, em muito, fortaleceram as famílias e que os possibilitou prepararem-se para o futuro e contribuir para o nosso desenvolvimento.

3) Como é que classifica o grau de participação da população neste processo?

A população tem participado, temos que reconhecer que o povo cabo-verdiano é um povo muito esforçado e trabalhador, as pessoas vivem com muitas dificuldades e vão, sempre, tentando melhorar as suas condições.

Em Cabo Verde há muitas famílias monoparentais e, por conseguinte, as mulheres têm tido um papel, preponderante, na melhoria das condições das suas famílias, ou seja, a educação dos filhos são também uma forma de participar no desenvolvimento do país.

A participação é dada através de várias maneiras, enquanto mãe, esposa, trabalhadora, educadora, membro de uma associação, de um clube desportivo, entre outras várias formas, e ao fazer esse tipo de participação, naturalmente está-se a participar no processo de desenvolvimento.

Mesmo que uma pessoa não queira, acaba sempre por participar, por envolver-se porque o homem é por natureza um ser sociável. Entretanto, em termos de cidadania ativa, a participação é fraca.

4) Através de que meios tem sido feita essa participação?

Há uma intervenção cívica muito fraca, as pessoas participam muito pouco nos processos de desenvolvimento. É preciso estimular essa cidadania, porque há, de fato, situações muito graves que acontecem, como por exemplo, há problemas em relação à educação, à saúde, com a ecologia que condicionam o desenvolvimento que, no meu ponto de vista, mereciam uma atenção, ou postura diferente, por parte dos cidadãos cabo-verdianos.

5) Essa participação tem ou não uma percentagem feminina?

No meu ponto de vista, a percentagem de mulheres é igual ao dos homens, porque não estou a ver as mulheres a terem intervenções cívicas mais do que os homens.

Tudo leva a crer que, futuramente, isso poderá mudar, ou seja as mulheres podem vir a ter uma participação cívica mais elevada do que a dos homens. Isso deve-se pelo fato da maior percentagem de universitários, em Cabo Verde, serem mulheres.

6) Como classifica a participação das mulheres neste processo?

Vejo a participação feminina de forma positiva.

As mulheres são uma peça mestra da nossa sociedade, muitas delas, às vezes, não podem participar de forma direta no processo de desenvolvimento da nossa sociedade, mas quando educam os filhos e, muitas vezes, são chefes de famílias, é uma forma, também, de participar. Porque preparar um filho para a vida em sociedade, para o respeito mútuo, para a solidariedade, para a proteção ambiental é, também, prepará-lo para o futuro, para com o envolvimento no processo de desenvolvimento do país.

7) De que forma a participação política das mulheres tem sido estimulada pelos poderes públicos?

Tem havido programas de incentivo, por parte, dos governos, tem havido, também, portas sempre abertas e Cabo Verde, mais uma vez tem sido um exemplo a seguir em Africa.

Para mim, não é relevante se é um homem ou uma mulher que está na frente de alguma empresa, mas, sim, sou defensora da meritocracia, ou seja, depende da capacidade de cada um. De uma maneira geral, os governos devem trabalhar para a melhoria das condições de vida das populações, sem distinção se é homem ou mulher.

Mas, de fato, tem havido uma preocupação para que as mulheres tenham uma maior representatividade, o que nem sempre é fácil, porque as mulheres têm uma sobrecarga na sociedade cabo-verdiana.

8) Do seu ponto de vista a sociedade civil cabo-verdiana é ativa ou passiva?

A sociedade civil cabo-verdiana não é ativa, mas isso deve-se a alguns fatores, como por exemplo, uma grande percentagem dos cabo-verdianos são pobres. Quando as pessoas estão preocupadas com a alimentação, habitação, com a satisfação das necessidades básicas, não vão ter como preocuparem-se com questões ecológicas, ou com uma participação, mais ativa, na sociedade.

Por isso, é necessário garantir, primeiro, a satisfação das necessidades básicas, para que, assim, a população possa ter tempo para pensar em formas de participar mais, ativamente, na sociedade.

9) O dinamismo da sociedade civil tem ou não influência na implementação das políticas públicas?

Como essa cidadania ativa, ainda, é insípida, é evidente que, ainda não temos nenhuma intervenção na implementação de política pública, de forma mais assídua. A única intervenção que tivemos, foi aquando da aprovação do novo estatuto dos titulares dos cargos em 2015, onde o povo sai à rua demonstrando o seu descontentamento e, de imediato, foi vetado pelo Presidente

da Republica, Jorge Carlos Fonseca. E isso demonstra que se os cidadãos se esforçarem mais, se forem mais ativos podem sim, influenciar a implementação das políticas públicas.

2) Inquérito aplicado na ilha de São Vicente

Inquérito aplicado na ilha de São Vicente numa amostra de 100 pessoas, no âmbito da realização da tese de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, sobre o tema “Cidadania e Desenvolvimento em Cabo Verde”.

Este estudo tem como objetivo compreender o que é a cidadania e quais as contribuições para o desenvolvimento de Cabo Verde. Assim, agradeço a sua participação neste estudo respondendo a algumas questões que tenho para lhe colocar. São questões anónimas.

1. Género

a) Masculino ☐

b) Feminino ☐

2. Idade

c) 16-25 ☐

d) 26-35 ☐

e) 36-45 ☐

f) 46-55 ☐

g) 56-65 ☐

h) 66 e mais anos ☐

3. Qual é o seu nível de escolaridade?

a) Sem habilitação ☐

b) Primário ☐

c) Secundário ☐

d) Licenciatura ☐

e) Mestrado ☐

f) Doutoramento ☐

4. Qual é a sua ocupação profissional?

5. Cabo Verde é atualmente um país de desenvolvimento médio. Quais são na sua

opinião os fatores internos que favoreceram este desenvolvimento?

a) Participação cívica dos cidadãos. ☐

b) Boa governação. ☐

c) Posicionamento do país a nível geográfico. ☐

d) Nível de instrução da população. ☐

e) Instauração do regime democrático. ☐

f) Estado de direito. ☐

g) Circulação de informações. ☐

h) Criação de infraestrutura de apoio na divulgação de informações. ☐

6. Quais são os fatores externos que estão na base desse desenvolvimento?

a) Ajudas internacionais. ☐

b) Remeças dos imigrantes ☐

c) Globalização. ☐

d) Pressão externa. ☐

e) A sua integração em organismos de renome internacional. ☐

7. Como é que classifica o grau de participação da população neste processo de desenvolvimento?

a) Boa ☐

b) Razoável ☐

c) Má ☐

d) NS/NR ☐

8. Através de que meios tem sido feita essa participação?

a) Rádio ☐

b) Televisão ☐

- a) Manifestações ☐
- b) Greves ☐
- c) Redes sociais ☐
- d) NS/NS ☐

8. Essa participação tem ou não uma percentagem feminina?

- a) Tem ☐
- b) Talvez ☐
- c) Não tem ☐
- d) NS/NR ☐

(Se a resposta for a alínea “c” passar para a pergunta 12)

9. Como classifica a participação das mulheres neste processo?

- a) Boa ☐
- b) Razoável ☐
- c) Má ☐
- d) NS/NR ☐

11. De que forma a participação política das mulheres tem sido estimulada pelos poderes públicos?

- a) Através da legislação. ☐
- b) Através da ratificação de acordos e tratados internacionais. ☐

12. Do seu ponto de vista a sociedade civil cabo-verdiana é ativa ou passiva?

- a) Ativa ☐
- b) Passiva ☐

13. De que forma é expressa esta atividade da sociedade civil?

a) Através da apresentação projetos, críticas, ideias por parte dos cidadãos. ☐

b) Manifestações. ☐

14. O dinamismo da sociedade civil tem ou não influência na implementação das políticas públicas?

- a) Tem ☐
- b) Talvez ☐
- c) Não tem ☐
- d) NS/NR ☐

3) Tabelas de suporte a representação gráfica dos dados do inquérito

Tradução da língua inglesa para a língua portuguesa:

Valid= valido

Frequency= frequência

Percent= percentagem

Valid percent= percentagem valida

Cumulative percent= percentagem acumulada

Généro (p1)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Masculino	50	50,0	50,0	50,0
	Feminino	50	50,0	50,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria – Tabela nº1

Idade (p2)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	16-25	20	20,0	20,0	20,0
	26-35	20	20,0	20,0	40,0
	36-45	20	20,0	20,0	60,0
	46-55	20	20,0	20,0	80,0
	56-65	8	8,0	8,0	88,0
	66 e mais anos	12	12,0	12,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria- Tabela nº2

Nível de Escolaridade (p3)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	Sem habilitação	13	13,0	13,0	13,0
	Primário	23	23,0	23,0	36,0
	Secundário	37	37,0	37,0	73,0
	Licenciatura	22	22,0	22,0	95,0
	Mestrado	4	4,0	4,0	99,0
	Doutoramento	1	1,0	1,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria – Tabela nº3

Ocupação Profissional (p4)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Empregado	60	60,0	60,0	60,0
	Desempregado	40	40,0	40,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria – Tabelanº4

Fatores internos que contribuíram par o desenvolvimento de Cabo Verde (p5)				
		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
p5 ^a	Participação cívica dos cidadãos é um fator interno que contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde ?	25	13,0%	27,8%
	Boa Governação é um fator interno que contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde?	28	14,6%	31,1%
	Posicionamento Geoestratégico é um fator interno que contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde?	11	5,7%	12,2%
	Nível de instrução da população é um fator interno que contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde?	53	27,6%	58,9%
	Democracia é um fator interno que contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde?	31	16,1%	34,4%
	Estado de Direito é um fator interno que contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde?	14	7,3%	15,6%
	Circulação de Informações é um fator interno que contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde?	9	4,7%	10,0%
	Infraestruturas de apoio a divulgação de Informação é um fator interno que contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde?	21	10,9%	23,3%
Total		192	100,0%	213,3%

Fonte: elaboração própria tabela nº 5

Fatores externos que contribuíram para o desenvolvimento de Cabo Verde (p6)				
		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
P6 ^a	Ajudas Internacionais é um fatores externos que está na base desse desenvolvimento?	66	46,8%	68,0%
	Remeças de imigrantes é um fatores externos que está na base desse desenvolvimento?	40	28,4%	41,2%
	Globalização é um fatores externos que está na base desse desenvolvimento?	9	6,4%	9,3%
	Integração Internacional é um fatores externos que está na base desse desenvolvimento?	26	18,4%	26,8%
Total		141	100,0%	145,4%

Fonte: elaboração própria – Tabela nº6

Como é que classifica o grau de participação da população neste processo de desenvolvimento? (p7)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Boa	30	30,0	30,0	30,0
	Razoável	65	65,0	65,0	95,0
	Má	3	3,0	3,0	98,0
	NS/NR	2	2,0	2,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria – Tabela nº7

Atraves de que meios tem sido feita essa participação (p8)				
		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
P8 ^a	Essa participação é feita através da Rádio?	37	18,8%	39,4%
	Essa participação é feita através da Televisão?	43	21,8%	45,7%
	Essa participação é feita através de Manifestações?	32	16,2%	34,0%
	Essa participação é feita através de Greves?	22	11,2%	23,4%
	Essa participação é feita através das Redes Sociais?	63	32,0%	67,0%
Total		197	100,0%	209,6%

Fonte: elaboração própria – Tabela nº8

Essa participação tem ou não uma percentagem feminina ? (p9)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Tem	90	90,0	90,0	90,0
	Talvez	7	7,0	7,0	97,0
	NS/NR	3	3,0	3,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria – Tabela nº9

Como é que classifica a participação das mulheres neste processo? (p10)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Boa	62	62,0	62,0	62,0
	Razoável	35	35,0	35,0	97,0
	NS/NR	3	3,0	3,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria – Tabela nº10

De que forma a participação política das mulheres tem sido estimulada pelos poderes públicos? (p11)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Através da legislação	65	65,0	65,0	65,0
	Através da ratificação de acordos e tratados internacionais	22	22,0	22,0	87,0
	NS/NR	13	13,0	13,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria – Tabela nº 11

Do seu ponto de vista a sociedade civil cabo-verdiana é ativa ou passiva? (p12)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ativa	52	52,0	52,0	52,0
	Passiva	46	46,0	46,0	98,0
	NS/NR	2	2,0	2,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria – Tabela nº 12

De que forma é expressa esta atividade da sociedade civil? (13)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Através da apresentação de projetos, críticas, ideias por parte dos cidadãos	31	31,0	57,4	57,4
	Manifestações	18	18,0	33,3	90,7
	NS/NR	5	5,0	9,3	100,0
	Total	54	54,0	100,0	
Missing	System	46	46,0		
Total		100	100,0		

Fonte: elaboração própria – Tabela nº13

O dinamismo da sociedade civil tem ou não influência na implementação das políticas públicas? (p14)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Tem	47	47,0	47,0	47,0
	Talvez	13	13,0	13,0	60,0
	Não Tem	7	7,0	7,0	67,0
	NS/NR	33	33,0	33,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria – Tabela nº 14